



ENTREVISTA

Os gargalos na área de infraestrutura já são conhecidos, mas persistem, ano após ano. O atual governo promete colocar em marcha projetos paralisados e concluir obras nos principais trechos rodoviários que fazem a ligação do Centro-Oeste com os portos do Norte do País. O diretor executivo do Movimento Pró-Logística, Edeon Vaz Ferreira, faz um balanço geral da situação da logística no País.

RECURSOS HÍDRICOS

CAUTELA E MAIS INVESTIMENTOS PARA EVITAR NOVA CRISE DE FALTA DE ÁGUA

Mala Direta
Básica

9912352020/2014-DR/GO

FIEG



PARA USO DOS CORREIOS

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> MUDOU-SE | <input type="checkbox"/> FALECIDO |
| <input type="checkbox"/> DESCONHECIDO | <input type="checkbox"/> AUSENTE |
| <input type="checkbox"/> RECUSADA | <input type="checkbox"/> NÃO PROCURADO |
| <input type="checkbox"/> NÃO EXISTE O NÚMERO INDICADO | <input type="checkbox"/> END. INSUFICIENTE |

Goiás Industrial

ANO 67 / Nº 288 / JUNHO 2019

REVISTA DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS



Energia vira “caso de justiça” E PODE PERDER INVESTIMENTOS

A IMINÊNCIA DE UMA “GUERRA JUDICIAL” ENTRE A ENEL E O GOVERNO DE GOIÁS PODE AFUGENTAR OS RECURSOS DE QUE O SETOR PRECISA PARA CONTRIBUIR PARA O CRESCIMENTO DO ESTADO

PARCERIA

ASSEMBLEIA FIRMA COOPERAÇÃO COM FIEG PARA CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DA CASA



MANTIDA PELA INDÚSTRIA.

A saúde de sua empresa é o nosso foco.

Isso é Sesi-Saúde e Segurança no Trabalho

A saúde de sua equipe revela como vai seu negócio. Por isso, o Sesi oferece soluções destinadas a proporcionar um ambiente de trabalho mais seguro e produtivo, promovendo qualidade de vida e cumprindo as exigências legais. A ação promove a redução dos afastamentos do trabalho e garante mais saúde e bem-estar aos trabalhadores.

O trabalho da equipe multidisciplinar do Sesi confere tranquilidade à sua empresa e confiança junto aos órgãos fiscalizadores. É isso que sua empresa precisa para sair bem na foto.

Serviços:

- Programas Legais (PPRA, PCMSO, PCMAT)
- Consultas Ocupacionais com Emissão de ASO (Atestado de Saúde Ocupacional)
- Exames Laboratoriais
- Laudos Técnicos
- Avaliação de Agentes Físicos e Químicos
- Cursos e Palestras sobre Segurança e Saúde do Trabalho
- Gestão do Absenteísmo/FAP/NTEAP

www.sesigo.org.br

Goiânia:

4002 6213

Demais Localidades:

0800 642 1313



Iniciativa da FIEG - Federação das Indústrias do Estado de Goiás

Goiás Industrial

REVISTA DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS

Nº 288 / JUNHO 2019

ARTIGOS

6 / Gerente geral de produção da Caa Montadora, Alexandre Begalli Neto declara, em artigo, confiança “na capacidade de gestão do **Senai** Goiás”;

7 / Empresário e CEO do Grupo Fokus e Adoralle Alimentos, o deputado federal Glaustin Fokus (PSC-GO) mostra que o papel do **Sistema S** deve ser percebido como um caminho para o desenvolvimento econômico do País;

8 / Mais sensíveis às oscilações da conjuntura econômica, as **pequenas e médias empresas** precisam de políticas públicas e de tratamento diferenciados, defende Sulamita de Aquino Porto, assessora técnica da Fieg;

9 / O sistema de **mineração inteligente** ou Smart Mining, sustenta Eugenio Singer, presidente da Ramboll do Brasil, ajuda a maximizar resultados, reduzir perdas e prevenir acidentes, como os recentes desastres em barragens

SEGURANÇA DO TRABALHO

31 / Senai Goiás oferece consultoria na área de segurança do trabalho, com o objetivo de ajudar indústrias na adequação às normas que regem essa área, prevenindo acidentes com energia elétrica

SOLIDARIEDADE

43 / Campanha Sesi e Senai Doe Sangue, Doe Vida vai percorrer 27 unidades das duas instituições em Goiás, além de indústrias, e recebe agora novo reforço com adesão da Câmara de Goiânia

AGRONEGÓCIO

52 / Conselho Temático de Agronegócios da Fieg reforça sua atuação e incorpora novas áreas, incluindo novos segmentos considerados estratégicos para o setor

RELAÇÕES DO TRABALHO

53 / Sob nova direção, presidido pelo empresário Marley Rocha, o Conselho Temático de Relações do Trabalho da Fieg discute os cenários no setor após a reforma trabalhista, mostrando queda no volume de processos e maior diálogo entre empresas e empregados

Energia vira “caso de justiça” E PODE PERDER INVESTIMENTOS



CAPA

16 / Depois de uma sequência de eventos que afetaram drasticamente a oferta e a qualidade da energia fornecida no Estado, o setor enfrenta agora a iminência de uma verdadeira “guerra judicial” entre a Enel Distribuição Goiás e o governo do Estado. A concessionária, que assumiu desde 2017 o controle da Celg Distribuição, levou o primeiro round nessa disputa, mas seus desdobramentos poderão afugentar os investimentos dos quais o setor necessita para sustentar o crescimento futuro da economia em Goiás

OPINIÃO

5 / No artigo **Cobertor curto**, o presidente da Fieg, Sandro Mabel, afirma que a combinação de corte de incentivos fiscais para o setor produtivo e, mais recentemente, a proposta despropositada de uso de parte dos recursos do FCO para financiar despesas de custeio do governo não trarão solução para os graves problemas fiscais do setor público estadual e vão penalizar o setor produtivo

ENTREVISTA

10 / Mesmo a passos de tartaruga, conforme descreve o diretor executivo do Movimento Pró-Logística, Edeon Vaz Ferreira, as obras de pavimentação e de construção de obras de arte das rodovias federais que fazem a ligação do Centro-Oeste com portos e terminais do “Arco Norte” avançam. Nesta entrevista à **Goiás Industrial**, ele faz um balanço geral da situação da logística no País

RECURSOS HÍDRICOS

22 / As chuvas caíram mais generosamente em maio, superando as médias históricas por larga margem, mas a vazão do Rio Meia Ponte continua a exigir atenção e cautela. O cenário parece um pouco melhor do que em 2018, segundo a Saneago, o que não significa uma situação muito tranquila para o abastecimento de água na região da Grande Goiânia

APA DO JOÃO LEITE

25 / Novo plano de manejo da Área de Proteção Ambiental do Ribeirão João Leite autoriza a exploração de atividades de baixo impacto ambiental e fixa novas diretrizes para expansão urbana

COOPERAÇÃO TÉCNICA

34 / Fieg e Assembleia Legislativa firmam termo de cooperação técnica para capacitação de servidores, com participação do Sesi, Senai e IEL no programa Alego Ativa

CANTE COM A GENTE!

38 / Sistema Fieg lança hino do aluno do Sesi e Senai e CNI anuncia que a iniciativa, inédita em todo o sistema, será levada a outros Estados

PARCERIA

40 / Iniciada em 2007, quando a montadora desembarcou em Anápolis, a parceria entre a Caa e o Senai será reforçada com investimento de R\$ 1,3 milhão em novas instalações na área de mecânica de manutenção automotiva



MANTIDA PELA INDÚSTRIA.

SISTEMA FIEG

Federação das Indústrias do Estado de Goiás

Presidente: Sandro Mabel

SESI

Serviço Social da Indústria
Diretor Regional: Sandro Mabel
Superintendente: Paulo Vargas

SENAI

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Diretor Regional: Paulo Vargas

IEL

Instituto Euvaldo Lodi
Diretor: Hélio Naves
Superintendente: Humberto Oliveira

ICQ BRASIL

Instituto de Certificação Qualidade Brasil
Diretora: Sônia Rezende (interina)
Superintendente: Almir Blesio (interino)

DIRETORIA DA FIEG (2019-2022)

Presidente: Sandro Mabel

1º Vice Presidente:

André Luiz B. Lins Rocha

2º Vice Presidente: Flávio Santana Rassi

3º Vice Presidente:

Antônio de Sousa Almeida

1º Diretor Secretário:

Célio Eustáquio de Moura

2º Diretor Secretário:

Jerry Alexandre de Oliveira Paula

1º Diretor Financeiro:

Heribaldo Egídio da Silva

2º Diretor Financeiro: José Divino Arruda

Presidente da Fieg Regional Anápolis:

Wilson de Oliveira

Diretores

Alyson José Nogueira
Anastácios Apostolos Dagios
Bruno Franco Beraldi

Domingos Sávio Gomes de Oliveira
Edilson Borges de Sousa
Eduardo Bilemjian Filho
Eliton Rodrigues Fernandes
Elvis Roberson Pinto
Emílio Carlos Bittar
Enoque Pimentel do Nascimento
Gilberto Martins da Costa
Heitor de Oliveira Nato Neto
Hélio Naves
Jair José de Alcântara
Jair Rizzi
Jaques Jamil Silvério
Joaquim Guilherme Barbosa de Souza
José Antônio Vitti
José Luiz Martins Abuli
Laerte Simão
Leandro Luiz Stival Ferreira
Marcelo de Freitas Barbosa
Marcos André Rodrigues de Siqueira
Olavo Martins Barros
Otávio Lage de Siqueira Filho
Robson Peixoto Braga
Sérgio Scodro
Wilson de Oliveira

Conselho fiscal

Joaquim Guilherme Barbosa de Sousa
Roberto Elias Fernandes
Otávio Lage de Siqueira Filho

Conselho de representantes junto à CNI

Sandro Mabel
Paulo Afonso Ferreira

Conselho de Representantes junto à Fieg

Abílio Pereira Soares Júnior
Ailton Aires Mesquita
Alcides Augusto da Fonseca
Alexandre Baldy de Sant'anna Braga
Álvaro Otávio Dantas Maia
Alyson José Nogueira
Anastácios Apostolos Dagios
André Lavor Pagels Barbosa
André Luiz Baptista Lins Rocha
Antônio Alves de Deus
Antônio Benedito dos Santos
Bruno Franco Beraldi Coelho
Carlos Alberto Vieira Soares
Carlos Roberto Viana
Célio Eustáquio de Moura
Daniel Viana

Domingos Sávio G. de Oliveira
Edilson Borges de Sousa
Eduardo Bilemjian Filho
Eliton Rodrigues Fernandes
Elvis Roberson Pinto
Emílio Carlos Bittar
Enoque Pimentel do Nascimento
Eurípedes Felizardo Nunes
Fábio Rassi
Flávio Santana Rassi
Gilberto Martins da Costa
Heitor de Oliveira Nato Neto
Hélio Naves
Heribaldo Egídio
Ian Moreira Silva
Jaime Canedo
Jair José de Alcântara
Jair Rizzi
Jaques Jamil Silvério
Jerônimo David de Sousa
Jerry Alexandre de Oliveira Paula
João Essado
José Antônio Vitti
José Carlos Garrote de Sousa
José Divino Arruda
José Lima Aleixo
José Luiz Martin Abuli
José Nivaldo de Oliveira
Laerte Simão
Leopoldo Moreira Neto
Lúcio Monteiro dos Santos
Luiz Antônio Gonçalves Fidelis
Luiz Gonzaga de Almeida
Luzia de Cássia Alencar Siqueira
Marcelo de Freitas Barbosa
Marcelo José Carneiro
Marcos André R. de Siqueira
Marley Antônio Rocha
Olavo Martins Barros
Osnei Valadão Marques
Otávio Lage de Siqueira Filho
Paulo Lobo de Araújo Júnior
Pedro de Souza Cunha Júnior
Plínio Boechat Lopes
Robson Peixoto Braga
Rodolfo Luiz Xavier Virgílio
Sandro Mabel
Valdenício Rodrigues de Andrade
Wilson de Oliveira

CONSELHOS TEMÁTICOS

Conselho Temático de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

Presidente: Heribaldo Egídio

Conselho Temático de Meio Ambiente

Presidente: Bruno Beraldi

Conselho Temático de Infraestrutura

Presidente: Célio Eustáquio de Moura

Conselho Temático de Relações do Trabalho

Presidente: Eduardo Bilemjian Filho

Conselho Temático de Micro e Pequena Empresa

Presidente: Jaime Canedo

Conselho Temático de Responsabilidade Social

Presidente:

Antônio de Sousa Almeida

Conselho Temático de Agronegócios

Presidente:

Alfredo Luiz Correia

Conselho Temático de Comércio Exterior e Negócios Internacionais

Presidente: Emílio Bittar

Conselho Temático Fieg Jovem

Presidente: Thais Aparecida Santos

Câmara Setorial de Mineração

Presidente: Wilson Borges

Câmara Setorial da Indústria da Construção

Presidente: Sarkis Nabi Curi

Câmara Setorial de Alimentos e Bebidas (Casa)

Presidente:

André Lavor P. Barbosa

Rede Metrológica

Presidente: Melquiades da Cunha Neto

Comitê da Indústria de Defesa e Segurança de Goiás (Comdefesa)

Presidente: Anastácios Apostolos Dagios

EXPEDIENTE

Goias Industrial
REVISTA DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS

Direção

José Eduardo de Andrade Neto

Coordenação de jornalismo

Sandra Persijn

Edição

Lauro Veiga Filho e Dehovan Lima

Reportagem

Andeláide Lima, Sérgio Lessa, Daniela Ribeiro, Luciana Amorim e Tatiana Reis

Colaboração

Nelson Anibal Lesme Orué, Januária Guedes Cordeiro, Adriana Moreno

Fotografia

Alex Malheiros

Projeto gráfico

Jorge Del Bianco

Capa, ilustrações e diagramação

Jorge Del Bianco
DC Design Gráfico e Comunicação

Impressão

Gráfica Kelps

Departamento Comercial

(62) 3219-1720

Redação e correspondência

Av. Araguaia, nº 1.544, Ed. Albano Franco, Casa da Indústria - Vila Nova CEP 74645-070 - Goiânia-GO
Fone (62) 3219-1300 - Fax (62) 3229-2975

Home page: www.sistemafieg.org.br

E-mail: ascom@sistemafieg.org.br

As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente a opinião da revista



Cobertor curto

“Essa busca de soluções não passa, no entanto, pelas medidas anunciadas até agora - revisão de incentivos fiscais e utilização de recursos do FCO pelo governo - as quais são claramente prejudiciais ao setor produtivo, ao mudar as regras no meio do jogo ou mesmo tirar a bola de campo -, como ocorre em “peladas” de futebol -, ou, ainda, puxando um cobertor curto. Tal e qual o provérbio, não se pode descobrir um santo para cobrir outro!”

SANDRO MABEL, presidente da Fieg e dos Conselhos Regionais do Sesi e Senai

Depois de, paradoxalmente, decidir pela revisão da política de incentivos fiscais, os grandes responsáveis pelo acelerado processo de industrialização de Goiás, o governo estadual volta a promover polêmica, agora com a despropositada medida de usar dinheiro do FCO para aplicar, ao menos metade, no custeio da máquina administrativa – uma alternativa ao não avanço do Plano de Equilíbrio Fiscal (PEF), programa de ajuda federal aos Estados –, a pretexto de amenizar o que, reconhecemos, constitui grave crise.

A despeito dos argumentos repetidos à exaustão pela equipe econômica do governador Ronaldo Caiado, erros e desmandos do passado recente, aos quais se atribui a situação de “terra arrasada”, não justificam que se cometam outros, capazes de comprometer o futuro, trazendo como consequência a desindustrialização de Goiás, que se desenha, com transferência de plantas industriais importantes para Estados vizinhos, retração de investimentos na esteira da insegurança jurídica e da queda sistemática da confiança do empresário, agravada pela conjuntura nacional.

Em uma das muitas matérias jornalísticas sobre o assunto, o tamanho da polêmica foi bem retratado pela reportagem Usar FCO para socorrer Estados divide lideranças, da jornalista Fabiana Pulcineli, do jornal O Popular. “A alta demanda do setor produtivo, a destinação dos recursos e a inconstitucionalidade da proposta (do governo estadual) são os principais pontos de críticas da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) e de técnicos do setor”, diz a matéria.

Irretocável! Como bem expõe a reportagem, nos últimos anos, a demanda em Goiás foi maior do que o orçamento inicial do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), que oferece linhas de crédito a juros baixos e longo prazo a empresas e produtores rurais para incentivar o desenvolvimento econômico da região. Diante do cenário, o setor produtivo acabou articulando para ampliar créditos a partir de recursos não utilizados de outros Estados e do Distrito Federal.

É agravante da intenção do governo estadual de utilizar metade dos recursos em custeio (manutenção dos órgãos do

Estado). Se fosse para infraestrutura ou para distritos industriais, ou seja, para beneficiar o setor produtivo, poderíamos até pensar. Para custeio, chance zero!

Na contramão, a proposta do governo estadual encontra resistência na Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), do Ministério do Desenvolvimento Regional, e até mesmo na Secretaria Estadual da Economia, segundo técnicos ouvidos pela reportagem do O Popular, que apontam desvirtuamento da ideia central do fundo, além de inconstitucionalidade, e indevida a utilização em custeio.

De nossa parte, não falta sensibilidade diante dos problemas de caixa do governo estadual nesse início de gestão, tampouco disposição para o diálogo, meio eficiente para a busca de soluções. Tanto que a Fieg abriu a Casa da Indústria por duas oportunidades para a secretária estadual da Economia, Cristiane Schmidt, falar diretamente com lideranças industriais e empresários de diversos segmentos e ouvir suas ponderações a respeito de assunto de tão grande relevância.

Essa busca de soluções não passa, no entanto, pelas medidas anunciadas até agora – revisão de incentivos fiscais e utilização de recursos do FCO pelo governo – as quais são claramente prejudiciais ao setor produtivo, ao mudar as regras no meio do jogo ou mesmo tirar a bola de campo –, como ocorre em “peladas” de futebol –, ou, ainda, puxando um cobertor curto.

Tal e qual o provérbio, não se pode descobrir um santo para cobrir outro! ♦



Porque a Caoa Montadora aposta no Senai

“**Confiamos na capacidade de gestão do Senai quanto à entrega desses frutos, o que certamente poderá contribuir de forma significativa para o fortalecimento das operações da Caoa Montadora.**”

ALEXANDRE BEGALLI NETO, gerente geral de produção da Caoa Montadora

A participação na celebração, em março, do 67º aniversário do Senai Roberto Mange, em Anápolis, trouxe-me, além do sentimento de encantamento, também o de orgulho e nostalgia, lembranças adormecidas que me vieram à memória.

Há muito tempo, em minha época de menino de escola primária, em São Caetano do Sul (SP), minha cidade natal, costumava ir de ônibus à metrópole do ABC, mais precisamente à cidade de Santo André. Ali, havia um prédio de arquitetura diferenciada, na Rua Bernardino de Campos, mais conhecida como a “Rua do Senai”. Havia até um ponto de ônibus de grandes dimensões na calçada em frente à fachada do prédio, o “ponto do Senai”.

Eu gostava muito de passar por lá e espiar através daquelas enormes janelas que proporcionavam amplo acesso visual das oficinas, avistar máquinas operatrizes, além dos estudantes com jalecos de cor azul. Um pouco mais tarde, então com 15 anos, iniciei minha carreira profissional em uma metalúrgica de pequeno porte. Pude finalmente saber um pouco a respeito daquelas máquinas, bem como compreender melhor sobre a finalidade do Senai. Além de conhecer os aprendizes no piso

de fábrica, passei a deparar com um certo tipo de profissional que atribuía a sua passagem pelo Senai o principal recurso de sua formação.

Agora, muitos anos depois, eu posso assegurar, sem receio de errar, que a grande maioria dos projetistas, ferramenteiros e mecânicos que tive oportunidade de conhecer na indústria, inclusive na automobilística, passou em algum momento por uma unidade do Senai. Eu não tive essa oportunidade, infelizmente, e certamente o faria se fosse possível voltar no tempo.

Por tudo isso, acreditamos na importância da parceria entre a Caoa Montadora e o Senai (*leia matéria na páginas 38-40*)

A Caoa Montadora, fundada há 12 anos, é uma empresa genuinamente brasileira, formada por capital próprio, que acredita no Brasil, no brasileiro, na cidade onde está baseada e, principalmente, em seus colaboradores diretos e indiretos.

Trata-se de uma empresa moderna que mantém recursos para pesquisa visando à atualização de operações em função de novas tecnologias. O mundo não para de evoluir e, observando de maneira atenta os acontecimentos ao longo da linha de tempo, podemos constatar que apenas as empresas que mantêm postura

de aprendizado – as chamadas *learning organizations* – possuem condições para sobreviver.

A Caoa Montadora reconhece que a única maneira de alcançar uma extensa longevidade, como o Senai, será pela atualização ininterrupta como forma de assegurar o alcance da missão a que se propôs, de “fabricar veículos com alto padrão de qualidade e conteúdo, que encante os clientes e consumidores em potencial, preservando a integridade (segurança e saúde) das pessoas (colaboradores e comunidade), instalações e meio ambiente”.

Isto só nos é possível cumprir mediante o emprego de pessoal qualificado, o que por si só já justificaria essa parceria vitoriosa com o Senai.

Dentre os muitos exemplos de sucesso nesse aspecto, eu gostaria de citar o caso do engenheiro Johnny Correia, colaborador de registro número 1 na Caoa Montadora e atual gerente de Engenharia Industrial da Planta de Anápolis, responsável por conceber à fábrica um processo capaz de atender às demandas de produtos de marcas Hyundai e Caoa Chery, e que iniciou sua trajetória profissional exatamente no Senai, em 2003.

O sucesso de outras iniciativas dessa parceria com o Senai/Sesi, por exemplo, o Programa de Ginástica Laboral no piso de fábrica, a Academia de Ginástica e a Biblioteca mantidos no interior da fábrica, nos dá a certeza de que iremos alcançar pleno êxito nessa proposta. ◆

Discutindo o Sistema S



“Apenas no Senai Goiás foram realizadas 170 mil matrículas este ano em cursos de curta, média e longa duração. É preciso enxergar a importância de iniciativas como esta para o futuro do nosso país.”

GLAUSTIN FOKUS É DEPUTADO FEDERAL (PSC-GO), empresário e CEO do Grupo Fokus e Adoralle Alimentos

Discutir o futuro do Sistema S é discutir o futuro do desenvolvimento econômico do País. O governo federal estuda a redução da contribuição para esse conjunto de organizações corporativas voltadas ao treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa, assistência técnica e lazer. As nove instituições do Sistema S entraram na mira do governo depois que o Tribunal de Contas da União (TCU) apontou inconsistências nas contas de 2015 e 2016.

Se por um lado o governo afirma que as contas não são “transparentes”, do outro enxergamos a necessidade de se discutir a questão. O Sistema S movimenta a economia brasileira. Sou um deputado federal cuja origem está na indústria e no comércio e, por ser empresário, sei da importância do Sistema S. É quem apoia pequenos negócios em todo o País e quem apresenta soluções para empresas e indústrias.

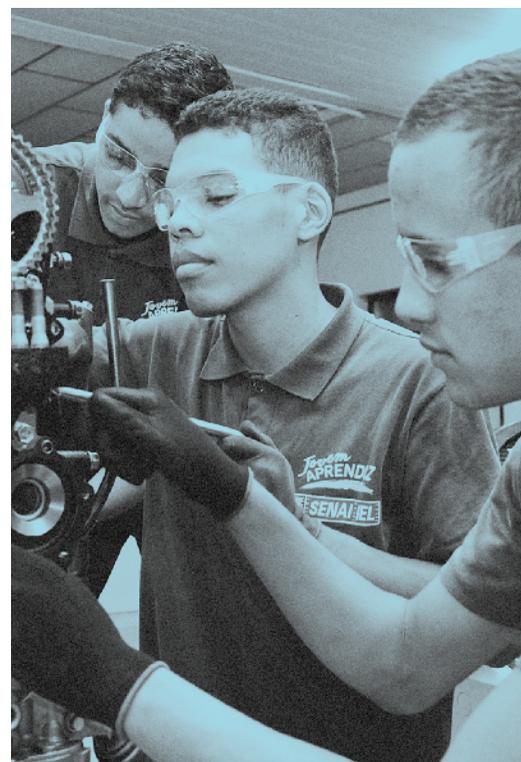
O Sistema S gera somente na indústria mais de 9,6 milhões de empregos diretos. Isso representa 21% da participação no emprego formal brasileiro. O sistema todo sustenta centenas de milhares de empre-

gos indiretos em todo o País. É através do Sistema S que levamos dignidade aos lares brasileiros, seja pelos investimentos em educação e em qualificação profissional ou na assistência social e no lazer.

Apenas no Senai Goiás foram realizadas 170 mil matrículas este ano em cursos de curta, média e longa duração. É preciso enxergar a importância de iniciativas como esta para o futuro do nosso país.

Conseguimos uma vitória importante nesse cenário de incerteza. Vamos realizar uma audiência pública ⁽¹⁾ no dia 30 de maio, junto à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados para tratar da relevância social e histórica do Sistema S para o Brasil. Nem todos os deputados sabem como ele atua paralelamente ao Estado na preparação do brasileiro para o mercado de trabalho e nem o que é preciso fazer para preservá-lo. Tenho dado meu apoio às ações do governo, mas é preciso analisar a situação, produzir um diagnóstico e aplicar a solução viável a cada caso.

O anúncio de corte no orçamento fez com que o Sistema S recuasse em seu plano



de investimento em todo o País. Desemprego e falta de mão de obra qualificada aumentam a cada dia. Resolver a questão do Sistema S é urgente e faremos o necessário para participar ativamente dela. Por nós empresários, por quem busca emprego, estudo e qualificação profissional e pelo próprio desenvolvimento econômico do Brasil. ♦

**Artigo publicado no jornal O Popular em 14/05/2019*

⁽¹⁾ A audiência pública na Câmara dos Deputados teve ampla mobilização. Veja cobertura na página 37



Um olhar sobre as micro e pequenas empresas

“Embora exerça função estratégica no desenvolvimento de qualquer país, a conjuntura econômica impõe a esse segmento, por sua fragilidade às oscilações do mercado, situações delicadas de risco e frequentemente adversas. Portanto, necessitam de políticas públicas que favoreçam seu ambiente de negócio.”

SULAMITA DE AQUINO PORTO, assessora técnica do Compem/Fieg

Elas representam 98,2% do total das empresas privadas, com mais da metade (51,2%) do total das carteiras assinadas e fatia de 27% no PIB, segundo dados do Sebrae. As micro e pequenas empresas (MPEs) possuem algumas características que lhes são próprias e que as tornam essenciais ao funcionamento tanto das economias desenvolvidas quanto daquelas em processo de desenvolvimento.

No Brasil, desde a década de 1980, vem tomando vulto o tema micro e pequena empresa, segmento que recebe tratamento jurídico diferenciado e favorecido assegurado pela Constituição de 1988.

A finalidade é incentivar a atuação de pequenos empreendedores, por meio da simplificação de obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias e de outros benefícios de inclusão socioeconômica. A promulgação, em 2003, da Reforma Tributária abriu caminho para o fortalecimento das pequenas empresas,

que se concretizou como a alternativa mais eficaz para viabilizar a geração de emprego, o crescimento econômico e a inclusão social.

A Lei Geral, de 2006, é a maior conquista na história do segmento no País, pois estabelece e regulamenta os estímulos e incentivos com a introdução de um sistema mais simples e justo de pagamento de impostos e contribuições. A lei instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa (ME) e da Empresa de Pequena Porte (EPP), que definiu a conceituação legal, incluindo o Microempreendedor Individual (MEI), vinculada à receita bruta realizada, como na legislação anterior.

As vantagens e o tratamento diferenciado determinados por lei são justificáveis. A fragilidade das empresas menores tem a ver não somente com a concorrência desigual imposta pela vantagem competitiva das grandes, mas também, e principalmente, com a conjuntura econômica.

Espalhadas por todo o território nacional, as MPEs cumprem a função social de gerar emprego, renda, consumo e pagamento de impostos.

Em virtude disso, constituem-se em atores indispensáveis para o crescimento econômico e desenvolvimento social, na medida em fazem o dinheiro circular, contratando pessoas, fazendo investimentos, comprando insumos e alimentando toda a cadeia produtiva.

As MPEs são similares em diversos aspectos, a exemplo do baixo volume de capital movimentado, da grande dificuldade de acesso a linhas de crédito devido à escassez de garantias oferecidas, dentre outras.

Além de várias leis, existem diversas instituições com ações voltadas para o segmento, criando condições na formulação de políticas públicas que garantam a construção de vantagens competitivas específicas e que potencializem suas possibilidades de crescimento e seu desempenho com impactos significativos no mercado de trabalho.

A Fieg e a CNI possuem um fórum de debates, estudos e proposições de políticas para o segmento, o Conselho da Micro e Pequena Empresa (Compem), que trabalha em conjunto com Fórum Estadual das Micro e Pequenas Empresas (Femep). Em sua estrutura, possui Comitês Temáticos discutindo assuntos que afetam a maior competitividade das MPEs. Todas as ações são desenvolvidas com órgãos e entidades que compõem o Conselho. ◆

Tecnologia para melhorar a segurança na mineração



“Com os recentes desastres com barragens, o Smart Mining constitui ferramenta importante para redução dos impactos socioambientais que interrompem a produção, destroem o meio ambiente e criam prejuízos incomensuráveis para a sociedade e para os acionistas.”

EUGENIO SINGER É PRESIDENTE DA RAMBOLL NO BRASIL, contratada pelo Ministério Público Federal para monitorar os programas de reparação da Bacia do Rio Doce, no caso do desastre da Samarco. Tem mais de 42 anos de experiência em consultoria ambiental, com especialização em avaliação estratégica, responsabilidade ambiental, auditorias e arbitragem

A evolução da mineração passa obrigatoriamente pela indústria 4.0 e pela internet das coisas. Para alcançar a melhoria operacional, as mineradoras modernizam suas minas e utilizam cada vez mais as soluções em Smart Mining, ou seja, da mineração inteligente, para maximizar resultados, reduzir perdas e prevenir acidentes. Com os depósitos se exaurindo cada vez mais rapidamente devido à alta demanda mundial de recursos minerais, as mineradoras encontraram na ferramenta um aliado para sobreviver e prosperar no setor.

Além disso, a mineração inteligente tornou-se ao longo dos anos a grande aliada da segurança nas mineradoras e, com os recentes desastres com barragens, constitui ferramenta importante para redução dos impactos socioambientais que interrompem a produção, destroem o meio ambiente e criam prejuízos incomensuráveis para a sociedade e para os acionistas.

A busca por formas mais produtivas e eficazes para extração de minerais e que reduzam os impactos ambientais e melhorem a segurança dos envolvidos na atividade é a principal preocupação da mineração

global. O uso, por exemplo, da automação no setor mineral vem sendo adotado cada vez em maior escala, principalmente fora do País, e revelou-se eficaz na prevenção de acidentes fatais e riscos ergonômicos, inclusive, melhorando as condições de trabalho por meio de operação remota.

Esse cenário de mudança na mineração reflete-se na proliferação de eventos e workshops no Brasil e no mundo, por exemplo. Esses encontros de troca de conhecimento entre especialistas e empresas altamente engajados na área de Smart Mining buscam pensar em soluções para o setor e discutir o futuro da mineração com foco na atualização e evolução tecnológica da atividade, sendo indispensáveis para o amadurecimento sustentável da atividade.

Alguns temas merecem mais atenção e estão constantemente em pauta em debates sobre o Smart Mining e sobre o setor como, por exemplo, sistemas inteligentes, mineração disruptiva, seguros inteligentes, mineração virtual, reúso de água, novas tecnologias de tratamento e disposição de rejeitos, nanotecnologias, eficiência energética, novas baterias, smart grid, sistemas de geração, veículos autônomos, mobili-

dade de baixo carbono, veículos híbridos, transportadores inteligentes.

Para se ter uma noção da importância e grandeza desse negócio, o mercado de Smart Mining, segundo a publicação Smart Mining Market - Growth, Trends And Forecasts, foi avaliado em US\$ 5,68 bilhões, em 2018, e espera-se que atinja um valor de US\$ 13 bilhões até 2023, com taxa de crescimento anual composta de 18,02% entre 2018 e 2023.

Já o estudo Tracking The Trends 2018, da Deloitte, que identifica as estratégias que as organizações pretendem adotar para se manter competitivas, aponta a adoção das tecnologias digitais, a superação de barreiras para inovar e o avanço no formato de trabalho com a automação e a digitalização das minas e dos processos como as três principais tendências para o setor de mineração, e que são diretamente ligadas às aplicações Smart Mining.

Fica evidente que a mineração inteligente é um dos mais promissores caminhos para o setor criar valor compartilhado, com o aumento da produtividade e sustentabilidade em longo prazo, conectando tecnologias de extração, sistemas automatizados e análise de dados em prol da atividade e da sociedade.

O futuro da mineração mundial é de mudanças em seus processos e de impulsão dos investimentos contínuos em inovação e digitalização das operações. Nesse contexto, o setor no Brasil precisa estar atualizado e pronto para adotar as soluções Smart Mining para se manter competitiva globalmente. ♦

Promessas e gargalos NA LOGÍSTICA

Lauro Veiga Filho

As obras de pavimentação e de construção de obras de arte das rodovias federais que fazem a ligação do Centro-Oeste com portos e terminais do assim chamado “Arco Norte” andam a passos de tartaruga, mas avançam, relata o diretor executivo do Movimento Pró-Logística, Edeon Vaz Ferreira. A expectativa do setor, tomando como bases promessas do Ministério de Infraestrutura, é de que parte dessas obras seja entregue entre 2019 e 2020. Apenas no caso da BR-163, o setor produtivo paga R\$ 600,0 milhões a mais por ano devido ao custo de frete encarecido pela falta de asfalto no trecho final da via, que permite acesso à região de Miritituba (PA) e à hidrovia do Rio Tapajós. A operação plena da Ferrovia Norte-Sul, no trecho entre Palmas (TO) e Estrela D’Oeste (SP), que deverá ficar a cargo da Rumo, vencedora do leilão de concessão, ainda depende da conclusão de uma série de obras rodoviárias e ferroviárias, muitas ainda em fase de projeto. Nesta entrevista, Ferreira desenha um retrato geral da infraestrutura no Centro-Oeste e indica o que precisa ser feito para que a logística na região se torne mais eficiente e barata.

Goiás Industrial - Onde o sr. identificaria os principais gargalos logísticos no País atualmente?

Edeon Vaz Ferreira - Hoje os principais gargalos continuam sendo no que nós chamamos de Arco Norte. Temos a questão da conclusão (da pavimentação) da BR-163 (que liga Mato Grosso aos terminais portuários de Miritituba, distrito de Itaituba, no Pará). Esse é hoje o maior gargalo que nós temos porque o fato de a rodovia não estar concluída gera um prejuízo muito grande para o setor produtivo, já que o valor do frete fica muito alto.

Goiás Industrial - Qual é a diferença de custos ali?

Ferreira - Para se ter uma ideia, a diferença entre o valor do que deveria ser o frete no trecho entre Sinop e Miritituba, na faixa de R\$ 160 por tonelada, e o efetivamente cobrado supera 30% e chega a ser mais de 43% mais caro, atingindo cerca de R\$ 210 a R\$ 230. Vamos considerar o frete de R\$ 210. Como estamos falando em 12,0 milhões de toneladas por safra, esse aumento de custo de frete gera um prejuízo para o produtor na faixa de R\$ 600,0 milhões por ano. Então essa é uma preocupação muito grande. Precisamos que essa rodovia seja concluída. Na verdade, acreditamos que o governo conclua esse trecho neste ano. É lógico que o fato de ela ser concluída significa obras no trecho não pavimentado. Você vai ter ainda operação de “pare-e-siga”, reduzindo a velocidade da saída de cargas. Mas não vejo problemas para o governo concluir o asfaltamento neste ano. ▶



“O QUE PRECISAMOS NO NOSSO SISTEMA LOGÍSTICO É QUE O MODAL RODOVIÁRIO SEJA UTILIZADO PARA TRECHOS MAIS CURTOS E NÃO COMO EXISTE HOJE, UM SISTEMA ONDE VOCÊ LEVA UM PRODUTO DE CAMINHÃO DE SORRISO, EM MATO GROSSO, A PARANAGUÁ (PR), NUM PERCURSO DE MAIS DE 2,2 MIL QUILOMETROS. ISSO É UM ABSURDO”

Goiás Industrial - O que mais é visto como problema?

Ferreira - A segunda preocupação que nós temos é em relação ao escoamento de cargas pela BR-158, no sentido da divisa nordeste de Mato Grosso a Redenção (PA), principalmente. A rodovia está na região conhecida como Vale do Rio Araguaia, que pega desde Barra do Garças até Vila Rica, última cidade de MT. Depois vêm Santana do Araguaia e Redenção, ambas no Pará. Esse trecho paraense era uma antiga rodovia estadual, chamada PA-150, federalizada e transformada na BR-158. Temos um grande volume de produtos ali da região nordeste de MT que sai por esse caminho até Redenção, seguindo em direção a Conceição do Araguaia, no Pará, dali para Colinas e na sequência até Palmeirante, onde se encontra com o terminal ferroviário do mesmo nome, já na Ferrovia Norte-Sul. As cargas seguem por trem até Açailândia, no Maranhão, e depois pela Estrada de Ferro Carajás até (o porto de) Itaqui, em São Luís do Maranhão. Esse trecho rodoviário entre a divisa de MT até Redenção não suporta o volume de cargas.

Goiás Industrial - Qual é esse volume?

Ferreira - No ano passado, foram em torno de 3,0 milhões de toneladas e, neste ano, acreditamos que devem sair por ali entre 3,5 milhões a 4,0 milhões de toneladas. Pedimos ao DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte) que fosse feita uma adequação de capacidade naquele trecho. O DNIT já licitou, as pontes de concreto serão construídas, e aí acredito que vamos conseguir chegar até Redenção nos próximos anos em rodovia mais adequada.

Goiás Industrial - A licitação inclui pavimentação e obras de arte, como as pontes que o sr. menciona?

Ferreira - Precisamente. As obras de arte lá são pontes construídas pelo Exército provisoriamente. E estão lá como provisórias há 25 anos. A licitação permitirá a substituição dessas pontes e de outras construídas em madeira, num total de seis pontes num trecho de pouco mais de 300 quilômetros da rodovia, em números redondos. O governo assumiu o compromisso de fazer isso. A licitação foi realizada pelo DNIT no início do ano passado, mas faltam recursos orçamentários para toda a obra. O que o ministro

Márcio Ferreira/Agência Pará



“O AUMENTO DO CUSTO DE FRETE NA REGIÃO DA BR-163 GERA UM PREJUÍZO PARA O PRODUTOR NA FAIXA DE R\$ 600,0 MILHÕES POR ANO”

Araguaia (PA); e a outra é a Ápia Engenharia, que fará o trecho final até Redenção.

Goiás Industrial - O sr. adicionaria mais algum ponto crítico na infraestrutura?

Ferreira - Sim, temos mais um gargalo na BR-080, que ainda tem de ser construída no trecho entre o distrito de Luiz Alves, localizado em São Miguel do Araguaia, em Goiás, até Ribeirão Cascalheira (MT). Esse trecho está na fase final do licenciamento ambiental, deve ser licitado neste ano, com início de obras no começo de 2020. Essa é nossa expectativa e temos, então, de colocar recursos no orçamento da União para isso. A rodovia vai alimentar a Ferrovia Norte-Sul, no tramo que foi licitado agora (entre Palmas, no Tocantins, e Estrela D'Oeste, em São Paulo). Entre Luiz Alves e São Miguel já está pavimentada. A partir de São Miguel do Araguaia, há duas alternativas de transporte: até Alvorada do Tocantins (TO) ou para Porangatu, em Goiás, nos dois casos, por rodovias estaduais e ambas no entroncamento com a FNS. Ainda não há definição sobre em quais dos dois locais será instalado um terminal ferroviário.

Goiás Industrial - Uma das questões relacionadas à FNS está na ausência de vias de acesso à ferrovia, seja por meio de rodovias, seja por meio de outros projetos ferroviários ainda não instalados.

Ferreira - Exatamente. O problema que se tem em relação a esse tramo que foi licitado em março é precisamente a alimentação dele com produção. É necessário que essas obras sejam feitas para que a ferrovia possa ter condições de escoar a produção da região.

Goiás Industrial - O sistema definido para a licitação desse

trecho da FNS contempla os principais interesses do setor produtivo? Há um debate ainda em relação ao direito de passagem.

Ferreira - De fato existe uma discussão relacionada ao direito de passagem, mas acreditamos que isso não deverá ser limitante sob o ponto de vista da operação. Porque as empresas entre si se acertam e temos que ter uma agência reguladora forte, por intermédio da ANTT (Agência Nacional de Transporte Terrestre), para que ela imponha ou arbitre quando houver algum problema entre as operadoras (no caso, as empresas VLI e Rumo). O trecho licitado em março só terá saída pelo Norte, uma vez que a saída por Santos (SP) exige obras complementares e que ainda levarão dois anos para serem realizadas, que são viadutos, pontes e outras obras de arte que não foram feitas pela Valec no trecho até Estrela D'Oeste. No caso, a concessionária Rumo, vencedora da concessão, vai ter de fazer essas obras. Esse é um passo. Em outro passo, a Rumo terá de aumentar a capacidade da chamada Malha Paulista, que vai da divisa de São Paulo com Mato Grosso do Sul até o porto de Santos. Se a operadora não tiver a renovação antecipada da concessão da Malha Paulista, ela não vai conseguir investir e se ela não investir, não adianta ter ferrovia se você não tem capacidade de transporte. A Malha Paulista tem capacidade para 30,0 milhões de toneladas. Apenas Mato Grosso coloca nessa malha 20,0 milhões de toneladas por ano. Sobram apenas 10,0 milhões de toneladas para açúcar, celulose e todas as outras cargas em direção a Santos. Com a renovação antecipada da concessão, a Rumo terá condições de ampliar a capacidade da malha para 75,0 milhões de toneladas. Ela deverá gastar cinco anos para fazer essa ampliação, num investimento aproximado de R\$ 5,0 bilhões. Fora as obras para concluir o trecho da FNS entre Ouro Verde e Estrela D'Oeste.

Goiás Industrial - Qual o investimento para concluir o tramo sul da FNS, até Estrela D'Oeste?

Ferreira - Mais ou menos R\$ 1,4 bilhão, porque será necessário ainda construir 90 quilômetros de trilhos e mais todas as obras de arte desse trecho.

Goiás Industrial - Mais alguma observação em relação à FNS?

Ferreira - Primeiramente, gostaria de reafirmar que não deverá haver pro-

blema de direito de passagem ali, porque, obviamente, a Rumo deverá ter o acordo com a VLI, já que ela tem de usar a malha da primeira para chegar a Santos. Isso será um acordo entre empresas. Temos de ter uma agência reguladora forte que faça a arbitragem quando necessário.

Goiás Industrial - O sr. acredita que operadores independentes poderão utilizar a via?

Ferreira - Não vejo essa possibilidade. Hoje, o que estamos avaliando são as chamadas "shortlines", que são pequenas empresas que operam em pequenos trechos ferroviários ou em ramais secundários. Essas empresas disponibilizariam os vagões carregados e a própria concessionária transporta esses vagões até o destino. É muito complicado esse negócio de um operador trabalhar numa ferrovia grande. Você tem problemas desde softwares instalados nos equipamentos, em função do centro de controle das operações até a qualidade do material rodante. Então as "shortlines" poderiam operar em trechos curtos em São Paulo, por exemplo. A própria Fico (Ferrovia de Integração Centro-Oeste, ainda em fase de projeto, com aproximadamente 1.641 quilômetros de extensão entre Mara Rosa, em Goiás, saindo da FNS, e Vilhena, em Rondônia, cruzando Água Boa e Lucas do Rio Verde, em Mato Grosso), no trecho entre o entroncamento com a FNS e Água Boa (MT), será

basicamente uma "shortline", porque é um trecho muito curto. Então, você tem várias opções de pequenas ferrovias que capturam a carga, disponibilizam para a ferrovia maior e esta faz o transporte até o porto.

Goiás Industrial - Seria necessária a construção de outros ramais para fazer essa operação de "shortline"?

Ferreira - Na verdade, seria preciso fazer adequações em linhas que já existem. No caso de São Paulo, na região de Panorama, tem alguns trechos ferroviários que são bem característicos de "shortlines" e precisam ser adequados. Na região Sul do País, há muitas possibilidades de "shortlines". Este é um assunto sobre o que agora, depois dessa licitação da FNS e também assim que for concluída a licitação da Ferrogrão, da Fico, teremos que nos atentar para essa questão das vias que podem ser utilizadas como "shortlines". E essas vias hoje estão ociosas.



“O PROBLEMA QUE SE TEM EM RELAÇÃO A ESSE TRAMO (DA FNS) QUE FOI LICITADO EM MARÇO É PRECISAMENTE A ALIMENTAÇÃO DELE COM PRODUÇÃO. É NECESSÁRIO QUE ESSAS OBRAS SEJAM FEITAS PARA QUE A FERROVIA POSSA TER CONDIÇÕES DE ESCOAR A PRODUÇÃO DA REGIÃO”

Goiás Industrial - O sr. mencionou a Fico e a Ferrogrão. Há alguma perspectiva de que esses projetos saiam do papel?

Ferreira - No caso da Ferrogrão, que vai ligar Cuiabá (MT) a Santarém (PA), o projeto está bastante adiantado. Estamos aguardando a liberação do Tribunal de Contas da União (TCU) para fazer a licitação, o que deve ocorrer no segundo semestre. No caso da Fico, esse trecho até Água Boa está dependendo da renovação antecipada dos trechos concedidos à Vale, ou seja, as ferrovias Vitória-Minas e dos Carajás. Com a outorga resultante dessa operação, o governo faria a implantação do trecho da Fico até Água Boa. Entendemos que essa é uma boa solução. Depois de construído, esse trecho ferroviário deverá ser licitado pelo governo. A Lei 13.448 (de junho de 2017) permitiu o uso dos recursos da outorga de um trecho em outro trecho estratégico para o governo, a chamada aplicação cruzada.

Goiás Industrial - Sobre a Ferrogrão, como o investimento será privado, há um movimento no Congresso no sentido de dispensar a licitação e transformar em autorização de uso da ferrovia. Como o sr. analisa isso?

Ferreira - Essa é uma outra possibilidade para se resolver o problema da ferrovia. Como a Ferrogrão é cem por cento privada, esse projeto de lei do senador José Serra (PSDB-SP) permite a autorização, já que não existe recurso do Estado e não é uma concessão porque é uma ferrovia "greenfield", uma ferrovia nova. Dessa forma seria possível fazer por meio de autorização da União, assim como se faz na área dos portos. Quando você tem uma área própria às margens de um rio ou próxima a um porto em construção, com acesso a navios, então, em vez de ser concessionado, como se trata de uma área privada, recebo uma autorização para construir, o que é a mesma ideia do projeto do Serra. Isso aconteceu muitos nos Estados Unidos, onde você teve muitas obras concessionadas e muitas obras que foram autorizadas. Não estamos inventando nada.

Goiás Industrial - O sr. acredita que há possibilidade de aprovação desse projeto?

Ferreira - Acho que sim, mas não me prendo muito a ele não.



“ ESTAMOS AVALIANDO AS CHAMADAS “SHORTLINES”, QUE SÃO PEQUENAS EMPRESAS QUE OPERAM EM PEQUENOS TRECHOS FERROVIÁRIOS. VOCÊ TEM VÁRIAS OPÇÕES DE PEQUENAS FERROVIAS QUE CAPTURAM A CARGA, DISPONIBILIZAM PARA A FERROVIA MAIOR E ESTA FAZ O TRANSPORTE ATÉ O PORTO”

Acho que o processo já em andamento atualmente, de repente, pode ser mais rápido do que esperar que o Congresso aprove. É um projeto de lei do Senado, que foi para a Câmara. Se sofrer alguma alteração ali, terá de retornar ao Senado para nova deliberação e somente depois seguirá para a Presidência da República. Acredito que o processo de licitação está mais adiantado.

Goiás Industrial - O que sr. espera em relação à Fico, que deve demorar um pouco mais?

Ferreira - Deve demorar, mas o importante é que saia, porque ela vai resolver um grande problema. O desastre em Brumadinho deixou esse assunto da renovação antecipada em stand by. Resolvidas essas questões, passaremos a fazer as grandes distâncias pelo modal ferroviário. No caso da Ferrogrão, teremos um sistema integrado de rodovia, em trechos mais curtos, destinados a alimentar a ferrovia, e a hidrovia que leva até aos portos da região

Norte. Então passaremos a ter um sistema rodo-ferro-hidroviário, que é o que mais precisamos, que são modais de transporte de mais baixo custo, porque os custos de transportes no País, principalmente de commodities, são extremamente altos. O que precisamos no nosso sistema logístico é que o modal rodoviário seja utilizado para trechos mais curtos e não como existe hoje, um sistema onde você leva um produto de caminhão de Sorriso, em Mato Grosso, a Paranaguá (PR), num percurso de mais de 2,2 mil quilômetros. Isso é um absurdo.

Goiás Industrial - Qual o cenário desejável?

Ferreira - Teríamos a FNS operando, a BR-080 e a Fico alimentando a Norte-Sul. Você teria a saída pelo Norte por meio da Ferrogrão, teria a Ferronorte fazendo de Rondonópolis (MT) até o porto de Santos. Espera-se que a Nova Transnordestina chegue a Porto Franco (MA) para que possa escoar a produção do sul do Piauí e de parte do Maranhão. O projeto final dela prevê a ligação de Porto Franco, na Ferrovia Norte-Sul, até os portos de Pecém (CE) e Suape (PE), e resolveria dois problemas. Primeiro, resolveria o problema de exportação daquelas regiões, levando as cargas para o porto de Itaqui (MA). Depois, você resolve um problema de abastecimento do Nordeste. Você vai poder levar produtos aqui de Goiás, no Entorno de Brasília, do próprio Mato

Grosso, pela Ferrovia Norte-Sul e depois pela Transnordestina, abastecendo Ceará e Pernambuco no caso. O Nordeste necessita importar de outros Estados ou de fora do Brasil em torno de 6,5 milhões de toneladas de milho por ano. Os Estados da Bahia, do Piauí e do Maranhão abastecem a região preferencialmente. Se esses Estados produzirem bem, não conseguem chegar a oferecer 4,0 milhões de toneladas. O restante terá de ser importado de outros países ou do Centro-Oeste. Temos ainda o projeto da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), vindo de Ilhéus em direção a Luiz Eduardo Magalhães, na Bahia, devendo chegar a Figueirópolis ou mais provavelmente a Alvorada do Tocantins. A ferrovia vai escoar principalmente a produção do oeste da Bahia. Os primeiros 500 quilômetros estão em construção, faltando, me parece, uns 170 quilômetros para completar esse primeiro trecho entre Ilhéus a Caetitê, na Bahia, operando no transporte de minério de ferro. As obras estão andando a passo de tartaruga, mas estão andando.

Goiás Industrial - Qual a expectativa em relação ao sistema hidroviário?

Ferreira - Precisamos explorar mais as hidrovias brasileiras. O grande gargalo hoje é na Hidrovia Paraná-Tietê, no canal da usina de Nova Avanhandava, que ainda precisa passar por um derrocamento. Resolvendo esse problema, você pereniza o uso da hidrovia. Sem resolver, você ficará sujeito às intempéries do clima. Nos anos em que chove menos, você não consegue transportar o ano inteiro. Temos ainda as questões da dragagem do Rio Madeira, dois pontos de dragagem no Rio Tapajós, o derrocamento do Pedral do Lourenço, no Rio Tocantins. Com essas obras, você consegue melhorar muito a performance da navegação desses trechos.

Goiás Industrial - Espera-se algum avanço na área dos portos?

Ferreira - Na verdade, temos gargalos na questão portuária. Está nos faltando um terminal de fertilizantes em Santarém (PA). Precisamos que seja licitado o terminal de grãos de Vila do Conde, também no Pará. Existe a possibilidade do uso do terminal de Outeiro (PA) e entendemos que tem que ser licitado o mais rápido possível um terminal de graneis agrícolas ali. ♦



Lei de Incentivo à
CULTURA

Ministério da Cidadania
e Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição de Goiânia APRESENTAM

**Primavera
social**

1ª Edição



VOCÊ QUE É EMPRESÁRIO E/OU PESSOA FÍSICA, SABIA QUE SEU IMPOSTO DE RENDA PODE SER UTILIZADO PARA MUDAR VIDAS?

ACESSE WWW.PRIMAVERASOCIAL.COM.BR E CONHEÇA ESSE PROJETO QUE, POR MEIO DA MÚSICA, ESTÁ MUDANDO A VIDA DE MUITAS CRIANÇAS, JOVENS E FAMÍLIAS.

Patrocínio Master



Patrocínio



Apoio



Elaboração | Captação | Execução



Apoio Institucional



Realização



Guerra judicial pode **AFUGENTAR INVESTIMENTOS**

Lauro Veiga Filho e Dehovan Lima

Fotos: Alex Malheiros

● **Distribuição:** indicadores de qualidade da energia em Goiás anotam melhora, mas setores da economia ainda sofrem com problemas nesta área

Enel vence primeiro round, mas desdobramentos do contencioso com o Estado ainda são imprevisíveis e podem colocar em risco os aportes esperados para o setor de energia

Depois de anos de investimentos muito abaixo do mínimo necessário para sustentar a oferta e a qualidade no suprimento de energia no Estado, o setor energético enfrenta a iminência de uma “guerra judicial” de consequências ainda imprevisíveis para toda a economia goiana. O governo estadual decidiu cancelar medidas adotadas na gestão anterior para fazer frente a passivos contingentes, ainda não reconhecidos em balanço, deixados pela Celg Distribuição até a transferência do controle da companhia para a Eletrobrás e assim facilitar a privatização da estatal, finalmente arrematada pela italiana Enel por R\$ 2,187 bilhões em leilão realizado em novembro de 2016. As mudanças promovidas pelo governo estadual neste ano abriram uma disputa jurídica com o grupo que, no limite, poderá interromper ou reduzir os investimentos da Enel Distribuição Goiás.

O primeiro round nessa disputa jurídica, que poderá vir a influenciar o processo de venda futura de outras estatais, foi vencido pelos italianos, mas não significa o fim do contencioso, já que o Estado recorreu contra o primeiro pronunciamento da Justiça. Em decisão liminar, a 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Goiás suspendeu temporariamente os efeitos da Lei 20.416, de 5 de fevereiro de 2019, que havia alterado a Lei 17.555. Editada em 20 de janeiro de 2012, esta lei instituiu o Fundo de Aporte à Celg Distribuição (Funac), destinado a prover fundos necessários para cobrir passivos contingentes da distribuidora (resultantes de ações trabalhistas e processos tributários, por exemplo, entre outras dívidas não provisionadas e não reconhecidas em balanço), identificados até a data da efetiva mudança do controle para a Eletrobrás.

O acordo para federalização da Celg D

foi fechado em abril de 2012, mas a transferência de 51% da companhia para a operadora federal foi concluída formalmente em 27 de janeiro de 2015 – portanto, antes da venda da concessionária para o braço da italiana Enel no Brasil. Dessa forma, os passivos até aquela data continuariam a correr à conta e sob a responsabilidade do antigo controlador – o governo do Estado. Condições preservadas no processo de venda para a Enel.

Desde fevereiro de 2017, quando assumiu de fato e de direito o comando da antiga Celg D, a Enel já investiu um total de R\$ 1,594 bilhão, distribuídos em novas conexões (R\$ 711,618 milhões), na rede instalada (mais R\$ 434,418 milhões), envolvendo combate a perdas e aprimoramento na qualidade do sistema elétrico, e outros R\$ 447,76 milhões, em valores aproximados, em outras obras, equipamentos e processos. Houve melhorias de fato, observa o presidente do Conselho Temático de Infraestrutura da Fieg (Coinfra), Célio Eustáquio de Moura, mas limitadas aos grandes centros. “Empresas e produtores têm sido sacrificados e vêm

sofrendo perdas principalmente no interior do Estado”, afirma.

De acordo com ele, “grande número de empresas industriais demanda energia, mas essa energia não é disponibilizada”, o que tem “atrapalhado o desenvolvimento de toda a economia”. Além da falta de oferta, acrescenta o presidente do Coinfra e diretor secretário da Fieg, “a energia disponível não tem confiabilidade”. Uma queixa recorrente do setor, prossegue Moura, diz respeito a exigências pela Enel de investimentos das próprias indústrias em linhas, transformadores e subestações para terem acesso à energia elétrica. “As empresas têm sido obrigadas a antecipar investimentos em troca de créditos de energia, o que pode alongar o prazo de retorno desse gasto além do desejável sob o ponto de vista econômico e financeiro”, ressalta ele.

A Enel Distribuição Goiás argumenta que os investimentos realizados nos últimos dois anos foram três vezes e meia mais elevados do que os “níveis históricos destinados pela companhia quando ainda era estatal”, com melhorias nos indicadores de qualidade fiscalizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). De acordo com a empresa, com base em dados aferidos pela agência de regulação, a duração média das interrupções do fornecimento de energia (DEC) baixou de 31,8 horas em 2017 para 24,2 horas até março deste ano e tende a cair para algo em torno de 10,0 horas em 2023.

No caso da frequência média de interrupções (FEC), o indicador havia alcançado, no ano passado, sua melhor marca na história da companhia, até então, saindo de 19,2 ocorrências em 2017 para 14,0. A FEC recuou para 12,2 nos 12 meses até março deste ano, superando o recorde anterior, e tende a alcançar qualquer coisa entre oito e nove vezes por volta de 2023. “Em ▶



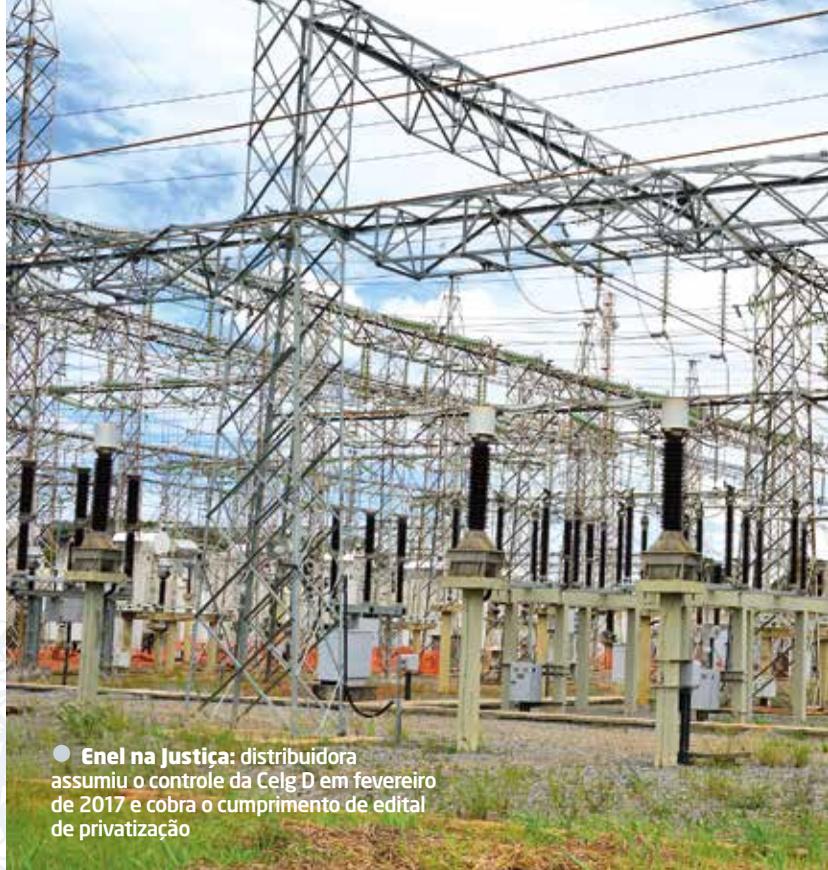
● **Célio Eustáquio de Moura:** “Empresas e produtores têm sido sacrificados e vêm sofrendo perdas principalmente no interior do Estado”

AVANÇOS

(Duração e frequência das interrupções no fornecimento caem, mas ainda estão acima das metas fixadas pela concessão)

Período	DEC* (Número de horas por ano)	FEC** (Número de vezes por ano)
2013	40,0	26,2
2014	40,4	27,2
2015	43,2	25,1
2016	29,6	18,9
2017	31,8	19,2
2018	26,2	14,0
2019 (mar)	24,2	12,2

(*) Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora
(**) Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora
Fontes: Enel/Aneel



● **Enel na Justiça:** distribuidora assumiu o controle da Celg D em fevereiro de 2017 e cobra o cumprimento de edital de privatização

todo o Estado, a empresa está investindo na automação da rede de distribuição com a instalação de equipamentos de telecontrole, que permitem identificar e corrigir, com mais agilidade e de forma remota, as falhas na rede. Goiás já possui cerca de 1,8 mil equipamentos instalados; em 2019 serão mais 1,5 mil; e, em 2020, outros 1,7 mil”, antecipa a empresa.

A origem do imbróglia

A pretexto de levantar recursos para combater déficit estimado em alguma coisa ao redor de R\$ 6,0 bilhões neste ano, o governo tem tomado medidas polêmicas e aberto várias frentes de enfrentamento com o setor empresarial. Além de reduzir incentivos fiscais, ao elevar para 15% a alíquota do Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás (Protege), a gestão recém-empossada propôs e fez aprovar a Lei 20.416, publicada em fevereiro, e ainda editou a Lei 20.468, em abril, revogando integralmente a Lei 19.473, de 3 de novembro de 2016, que havia criado a “política estadual para manutenção, melhoria e ampliação da distribuição de

energia elétrica no Estado de Goiás” e foi proposta abertamente para facilitar a venda da distribuidora estadual de energia.

Com base nessa política, a Celg D (e, mais tarde, a Enel Goiás Distribuição) poderia utilizar parte do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), sob a forma de crédito outorgado, para realizar aportes no Funac em valor equivalente aos passivos relacionados a contingências administrativas e judiciais verificados até 27 de janeiro de 2015. Tanto o Funac como o crédito outorgado integraram o edital e o contrato de privatização da distribuidora e, segundo a Enel, a “medida, assegurada legalmente pelo Estado, foi uma premissa fundamental para viabilizar a privatização da Celg-D”.

A Enel entende que “a suspensão da Lei 19.473/ 2016 fere a segurança jurídica, viola direitos adquiridos e prejudica o ambiente de investimentos no Estado e no País”. Por isso, decidiu recorrer à Justiça “para garantir a manutenção das condições estabelecidas no processo de privatização da distribuidora de Goiás”.

A Procuradoria Geral do Estado e o governo argumentam que parte dos passi-

vos já estava reconhecida e que esse valor teria sido utilizado inclusive para abater do preço fixado para a venda da Celg D e consideram ainda que o Estado teria responsabilidade pela cobertura de passivos com fato gerador somente até 24 de abril de 2012, quando ocorreu a federalização da Celg D. Formalmente, no entanto, a transferência foi oficializada em janeiro de 2015. Apenas a mudança na data de corte para cálculo dos passivos contingentes poderá representar impacto de R\$ 600 milhões, numa estimativa da Enel mencionada pelo jornal O Popular (12.06.2019).

De acordo com as notas explicativas que acompanham as demonstrações financeiras de 2018 da Enel Distribuição Goiás, a posição dos créditos relacionados ao Funac em 31 de dezembro de 2018 somava R\$ 1,431 bilhão (na soma dos passivos de curto e longo prazo, ou circulante e não circulante), numa variação de 26,48% em relação a 31 de dezembro de 2017, quando atingiam quase R\$ 1,132 bilhão. Da mesma forma, o saldo de contingências passivas com risco possível alcançava, em dezembro passado, pouco mais de R\$ 2,744 bilhões, quase 92% mais do que o saldo do Funac.



● **Sandro Mabel, presidente da Fieg:** “Estamos tentando mostrar ao governador que a revogação dessa lei custará o dobro para o governo”

A reação privada

O setor privado reagiu duramente às decisões do governo. Em 18 de abril, numa primeira nota pública, assinada pela Fieg, Associação Pró-Desenvolvimento de Goiás (Adial), Associação Comercial, Industrial e de Serviços do Estado de Goiás (Acieg) e Federação do Comércio do Estado de Goiás (Fecomércio), as entidades manifestam “profunda preocupação” com a revogação da Lei 19.473, lembrando que, na prática, a decisão “subtrai da distribuidora de energia Enel garantias contratuais assumidas pelo Estado de Goiás quando da privatização da Celg D (...), no caso, o direito da companhia de se ressarcir, via crédito outorgado de ICMS, dos pagamentos que faça de dívidas cujos fatos geradores tenham ocorrido no período em que o Estado era o controlador acionário” da distribuidora.

A nota prossegue argumentando que a revogação afeta a segurança jurídica ao descumprir obrigações estipuladas em contrato, atingindo, portanto, um “ pilar do Estado de Direito” e fator “essencial ao fomento de um ambiente negocial de

confiança”. “Sem segurança jurídica não há investimento, sem investimento não há criação de riquezas, empregos e crescimento para o Estado e para o País”, anotam ainda as entidades.

A mudança nas regras do jogo, acrescenta a nota, “macula irremediavelmente a imagem do Estado de Goiás perante investidores brasileiros e estrangeiros, pois passa a mensagem de que em terras goianas o primado da lei e dos contratos não são respeitados, sendo o Estado o primeiro a descumprir as obrigações às quais ele mesmo se vinculou”. Como “consequência única”, antevê a nota, a extinção do crédito outorgado deverá “desestimular a empresa a prosseguir fazendo os investimentos necessários à modernização do sistema elétrico goiano”.

O governo estadual emitiu igualmente nota para defender a edição da lei, sustentando que a mesma não teria feito parte do edital de privatização da Celg D e teria significado prejuízos para o Estado e vantagens para o comprador da então estatal, que não teve seu preço alterado em função do privilégio fiscal concedido. Em tréplica, o Fórum das Entidades

Empresariais mostrou que a reação oficial tomou “premissas equivocadas”, demonstrando “profundo desconhecimento sobre o processo de desestatização da Celg D e seus aspectos legais”.

Nesta segunda nota, as entidades que compõem o fórum relembram o contexto em que foi construído o Projeto de Lei 3000/2016, convertido mais tarde na Lei 19.473, agora revogada. O primeiro leilão de venda da Celg D não registrou participantes, o que levou o governo a reduzir o valor de avaliação da companhia de R\$ 2,8 bilhões para R\$ 1,792 bilhão, num desconto de praticamente 36%. Na sequência, reforçou as garantias relacionadas aos passivos contingentes da então estatal, estabelecendo o crédito outorgado do ICMS em favor da distribuidora. “A mensagem de encaminhamento do Projeto de Lei n. 3000/2016 à Assembleia Legislativa não poderia ser mais clara: Assim, a possibilidade de concessão de crédito outorgado do ICMS em valor equivalente ao passivo liquidado pela empresa reforça o compromisso do Estado de Goiás em honrar as obrigações assumidas nos termos da Lei n.17.555/12, postura de fundamental importância para ▶

garantir que a Celg possa ter avaliação justa no momento da transferência do controle acionário para o setor privado”.

O documento legal, acrescentam as entidades empresariais, passou a integrar formalmente o procedimento licitatório, conforme determinação do edital de desestatização, sendo incluído inclusive no data room colocado à disposição de investidores interessados. A distribuidora foi arrematada pela Enel, em lance único no valor de R\$ 2,187 bilhões (22% abaixo do preço de venda inicialmente proposto e, coincidentemente, também 22% maior do que o valor revisado e fixado para o segundo leilão). “Por fim, não há de se falar vantagem ao comprador e prejuízo ao Estado”, firmam as entidades, considerando que a lei em questão “visava garantir obrigações de passivos contingentes que eram de responsabilidade do próprio Estado de Goiás antes da privatização”. Adicionalmente, a lei revogada “condicionava a concessão de créditos de ICMS à realização de investimentos pelo comprador”.

A nota conclui considerando a extinção da lei como uma “afrenta aos mais elementares princípios de direito, violando princípios constitucionais, o contrato de privatização e o Código Tributário Nacional, em especial o seu artigo 178, que assegura a Segurança Jurídica e a Proteção à Confiança Legítima do contribuinte”.

“O fórum empresarial tem essa preocupação, porque isso é ruim para o governo de Goiás. Nós estamos tentando mostrar ao governador que a revogação dessa lei custará o dobro para o governo, comparando aos valores do que seria concedido como crédito outorgado”, argumentou ainda o presidente da Fieg, Sandro Mabel. Ele lembra que, mesmo revogada a lei, o Estado de Goiás continua sendo o principal responsável pelos passivos registrados antes da federalização da Celg D e terá que honrar esses compromissos, conforme sugere liminar já concedida à Enel. “Então,



● **Melhorias: grupo italiano investiu R\$ 434,42 milhões na rede instalada, para reduzir perdas e aprimorar a qualidade do serviço**

é uma coisa que não dá para entender qual o objetivo, porque o governo é responsável de qualquer jeito, você não pode comprar uma coisa e deixar a história dela para trás, esse passivo todo, ninguém faz isso”, acen-tua Sandro Mabel.

Resultados não recorrentes

O salto de pouco mais de 14 vezes no lucro líquido realizado pela Enel Distribuição Goiás no ano passado deveu-se principalmente a fatores não recorrentes. As demonstrações financeiras da concessionária apontam um salto no lucro líquido de R\$ 110,328 milhões para R\$ 1,552 bilhão entre 2017 e o ano passado (1.306,6% a mais), em valores nominais. No entanto, pouco mais de 83% desse valor tiveram como origem resultado “extraordinário e não recorrente” de R\$ 1,290 bilhão “relacionado a créditos fiscais com a Receita Federal relativos a prejuízos acumulados pela distribuidora durante o período em que ainda era estatal”, segundo a empresa.

Esses créditos fiscais “não têm relação com os resultados operacionais da empresa”, que atingiram praticamente R\$ 252 milhões, “não possuem efeito no caixa e poderão ser compensados futuramente de Imposto de Renda e Contribuição Social que for devido”.

O investimento total, embora tenha se mantido muito acima da média verificada nos anos que antecederam a privatização da Celg D, baixou de R\$ 837,116 milhões para R\$ 756,678 milhões, em queda de 9,6% (ou R\$ 80,438 milhões a menos). Os valores investidos em novas conexões desabaram de R\$ 464,443 milhões para R\$ 247,175 milhões, num tombo de 46,8%.

A companhia decidiu priorizar investimentos na rede, envolvendo combate a perdas e melhorias na qualidade do sistema elétrico. O primeiro grupo recebeu injeção de R\$ 51,985 milhões, em alta de 104,9% frente a 2017 (R\$ 25,374 milhões). Os programas de melhoria da qualidade demandaram R\$ 243,957 milhões em investimentos, o que significou elevação

NÚMEROS MAIS ROBUSTOS

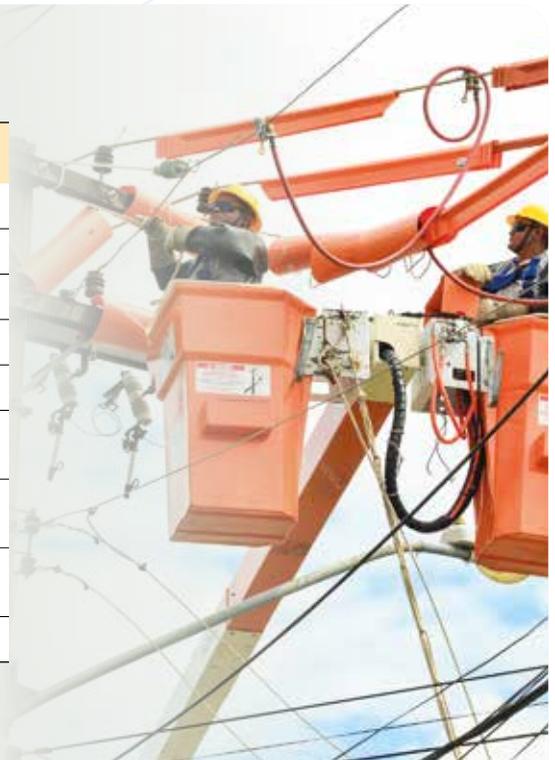
(Evolução econômica e financeira da Enel Distribuição Goiás entre 2017 e 2018)

Indicadores	2017	2018	Varição (%)
Receita líquida (R\$ milhões)	4.901,64	5.425,46	10,7
Ebitda* (R\$ milhões)	429,44	912,17	112,4
Margem Ebitda**	8,76%	16,81%	-
Lucro líquido (R\$ milhões)	110,33	1.551,85	1.306,6
Investimento (R\$ milhões)	837,116	756,678	-9,6
Patrimônio líquido (R\$ milhões)	3.515,62	5.447,41	54,95
Venda e transporte de energia (GWH)	13.312	13.736	3,2
Venda de energia no mercado cativo (GWH)	10.880	11.013	1,2
Consumidores	3.052.924	3.028.092	-0,8

(*) Resultado antes dos juros, impostos, depreciação e amortizações

(**) Ebitda/receita líquida

Fonte: Enel



de 115,7% frente aos R\$ 113,102 milhões investidos no ano anterior. Na soma dos dois grupos, o investimento cresceu 113,7%, saindo de R\$ 138,476 milhões para R\$ 295,942 milhões.

A conta de resultados da distribuidora sofreu a influência de um incremento de 13,5% na receita bruta, que avançou de R\$ 8,213 bilhões para R\$ 9,320 bilhões. Segundo a companhia, o crescimento refletiu o aumento das receitas com fornecimento de energia elétrica, por sua vez impulsionadas pelo reajuste médio de tarifas fixado em 14,65% pela Aneel a partir de 22 de outubro de 2017, assim como pela leve alta de 1,2% no volume de energia negociado no mercado cativo (para 11.013 gigawatts/hora). Em 16 de outubro do ano passado, as tarifas subiram mais 18,54%, também na média, o que terá impactos mais relevantes sobre os números de 2019. A receita líquida, apesar do impacto da alta de 12,5% nos custos do serviço, aumentou 10,7% entre os dois exercícios analisados, avançando de R\$ 4,902 bilhões para pouco mais de R\$ 5,425 bilhões.

“UM CAMPO DE FUTEBOL CHEIO DE POSTES”

A Faculdade Senai Ítalo Bologna, em Goiânia, vai implantar um centro de treinamento em parceria com a Enel Distribuição Goiás, destinado a oferecer cursos de qualificação profissional para trabalhadores da empresa na área de eletricidade, com abordagem em formação de eletricitistas de rede de distribuição de energia elétrica – alta, média e baixa tensão. O novo espaço, que deverá ocupar área de aproximadamente 8 mil metros quadrados, terá capacidade para atender em torno de cem alunos simultaneamente, “um campo de futebol cheio de postes para treinamento de eletricitistas”, na descrição do diretor da faculdade, Dario Queija de Siqueira, que apresentou o projeto durante a última reunião de diretoria da Fieg, dia 20 de maio, na Casa da Indústria. A convite da Enel Brasil, ele, o diretor regional do Senai e superintendente do Sesi, Paulo Vargas, e o coordenador da área de eletroeletrônica da



● **Dario Queija de Siqueira, diretor da Faculdade Senai Ítalo Bologna: parceria com a Enel para qualificação profissional**

faculdade, Tiago Rosa, estiveram, entre 13 e 17 de maio, em Áquila, na Itália, onde visitaram a sede da empresa e um centro de treinamento similar da multinacional. Eles foram ainda a Bari, região de Puglia, para visitar laboratório de redes inteligentes e conhecer experiência da Enel no desenvolvimento de geração distribuída. No projeto do Centro de Treinamento, está em fase de estudos também a montagem de um laboratório de telecontrole, com equipamentos que fazem o monitoramento e acionamento remoto dos dispositivos elétricos instalados em postes, que existem pouco em Goiás, mas são alvo de investimentos da Enel. ●

ESFORÇO PARA EVITAR NOVA CRISE

● Sistema Produtor Mauro Borges: interligação com sistema do Meia Ponte pode aumentar oferta em 800 litros por segundo

Chuvas acima da média em maio ajudaram, mas cenário de abastecimento de água na Região Metropolitana de Goiânia ainda exige cautela e investimentos em preservação

As tendências recentes e o cenário atual nas bacias do Rio Meia Ponte e do Ribeirão João Leite, principais fontes de abastecimento da Região Metropolitana de Goiânia, demandam cautela e esforços adicionais para evitar nova crise hídrica, mas a expectativa em relação ao abastecimento de água neste ano ainda é melhor do que a do ano passado, na visão da Saneamento de Goiás S.A. (Saneago). A companhia leva em conta as “várias ações de reforço nos sistemas de abastecimento da Grande Goiânia” que “foram concluídas e já estão em uso, como a integração entre os Sistemas Mauro Borges e Meia Ponte”. Na avaliação, incluem-se ainda outras medidas emergenciais que vêm sendo adotadas pela Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) desde o final de abril, quando o governo

decretou estado de alerta hídrico nas duas bacias hidrográficas por um período de 270 dias, dando prioridade ao consumo humano e à dessedentação animal como forma de evitar o desabastecimento no período de estiagem.

Levantamento apresentado ainda no ano passado pela gestão anterior já mostrava o nível elevado de comprometimento do volume outorgável no Meia Ponte, estabelecido em 3.455,3 litros por segundo, considerando dados históricos sobre sua vazão. Os números oficiais apontam que 94,6% daquele volume, em torno de 3.269 l/s, já foram outorgados, ou seja, tiveram sua utilização autorizada pelos órgãos ambientais do Estado, dos quais 2.589 l/s reservados para o abastecimento humano.

De acordo com a Saneago, as curvas que contemplam os indicadores de vazão no Meia Ponte, neste ano, estavam até maio bastante próximas do comportamento observado em 2018, com alguma elevação na média diária ao final do mês. No acumulado entre janeiro e maio, a vazão média atingiu perto de 12,8 mil litros por segundo, em torno de 20% abaixo dos 16,0

mil litros anotados nos cinco primeiros meses do ano passado. No final de maio, a vazão encontrava-se ligeiramente abaixo de 10,0 mil litros, diante de pouco mais de 9,0 mil litros por segundo no mesmo período de 2018, o que não indicava diferenças substanciais até então. Mas no começo de junho, a vazão já atingia 7,0 mil l/s, equiparando-se ou superando ligeiramente igual intervalo de 2018.

O nível de precipitação em maio em todo o Estado, de acordo com o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), mais do que dobrou em relação à média histórica para o período, atingindo 78,8 milímetros. Para comparação, em um mês de maio considerado “normal”, chove em geral 35,9 milímetros em Goiás, o que significa dizer que as chuvas foram 119,5% maiores do que a média. Na avaliação da Saneago, de qualquer forma, “chuvas mais distribuídas melhoram a infiltração de água no solo e contribuem para um cenário melhor, porém não há como prever a sua distribuição e a disponibilidade nos próximos meses”.

Tanto a empresa como a Semad consideram com cautela a situação atual, já

que os dados pluviométricos relativos ao período entre 2014 e 2018 apontam déficit “na quantidade e na qualidade” das chuvas equivalente à metade de um ano hidrico (ou seja, 50% do volume de precipitação registrado ao longo de 12 meses) na região do Meia Ponte. O dado corresponde às diferenças entre os níveis da precipitação registrados pelas estações de meteorologia e as médias históricas ao longo daqueles cinco anos. Esse comportamento “prejudicou a dinâmica do ciclo hidrológico na bacia do Rio Meia Ponte, principalmente quanto ao componente de recarga”, na descrição da Saneago, levando a uma queda na vazão média durante o mesmo período.

A empresa lembra que a bacia do Meia Ponte, a montante de Goiânia, “sofre muitas pressões de conflitos de usos e requer, além de eficiente gestão de recursos hídricos, cuidados ambientais como a recuperação de nascentes, recomposição de matas ciliares, conservação de solos e introdução de ações que melhorem a infiltração de águas”. A questão tem sido um dos pontos salientados pela secretária de Meio Ambiente, Andréa Vulcanis, em entrevistas à imprensa, indicando que a queda rápida na vazão do rio, logo em seguida ao final do período chuvoso, pode estar relacionada a problemas de infiltração ao longo da bacia, causados por desmatamento de matas ciliares, assoreamento, barramentos clandestinos, sobreuso do manancial, e outras práticas não recomendadas.

No ano passado, a Saneago implantou a integração dos sistemas Mauro Borges e Meia Ponte, para amenizar os impactos da estiagem sobre o abastecimento, já que a vazão do Meia Ponte sofre “redução significativa no período”. Quando necessário, o abastecimento poderá ser reforçado com uso da adutora que interliga os dois sistemas, que tem capacidade de até 800 litros por segundo, estendendo-se por 12,5 quilômetros. “A adutora passou por uma fase de testes e já está em uso. O trabalho foi executado pela Saneago em diversas fren-

tes, com recursos e mão de obra próprios, e teve custo de R\$ 20 milhões”, detalha a estatal

O terceiro sistema de abastecimento

“Há todo um planejamento do governo do Estado, por meio da Semad, com ações para minimizar os efeitos da estiagem, envolvendo vários setores usuários das águas na bacia do Rio Meia Ponte, nos quais a Saneago se insere e contribui”, afirma a empresa, em nota encaminhada à Goiás Industrial. Entre as ações determinadas pelo decreto de alerta hídrico, cabe à concessionária a recuperação de 84 nascentes e de 276 trechos de mata ciliar em áreas de preservação permanente na bacia do Meia Ponte, com recursos de R\$ 2,7 milhões do Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA).

A companhia conduz ainda novo estudo hidrológico para definir a implantação de um terceiro sistema de abastecimento de água, que deverá atender à população de Goiânia e região metropolitana até 2070. A Saneago vem avaliando mananciais com potencial para abastecimento público num raio de até 60 quilômetros da capital e os estudos deverão estar concluídos até o final deste ano. Conforme detalha a Saneago, serão avaliadas “prováveis vazões aproveitáveis de cada bacia, seu nível de preservação, além da distância e possibilidades de barramento”. O trabalho envolve ainda a avaliação de três afluentes do Rio Meia Ponte, com potencial para complementar a produção do novo sistema em estudo.

Além de conduzir a campanha



● Pronto para operar: contra estiagem, sistemas de adutoras completam a integração entre Meia Ponte e Ribeirão João Leite

Consumo Consciente Preserva o Meio Ambiente, lançada em 17 de abril para conscientizar a população sobre a importância do consumo racional de água, a Saneago espera colocar em operação no segundo semestre o conjunto de adutoras (mais conhecido como “linhão”) para levar água tratada desde o Sistema Produtor Mauro Borges, em Goiânia, até Aparecida de Goiânia, num investimento de R\$ 264 milhões bancado por recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), contratados em operação de crédito com a Caixa Econômica Federal por meio do programa Saneamento para Todos, do então Ministério das Cidades (hoje incorporado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional).

Quando em funcionamento, o projeto significará a conclusão do complexo de obras do Sistema Mauro Borges, o que deverá assegurar a universalização do ▶

RECURSOS HÍDRICOS

abastecimento em Aparecida. Atualmente, perto de 67% da água tratada consumida pela cidade é fornecida pelos sistemas João Leite e Mauro Borges.

Sempre conforme a Saneago, as obras do chamado Linhão Oeste deverão estar

concluídas no segundo semestre. A segunda etapa, incluindo o Linhão Central e Sul, já está em fase de licitação e deverá ser instalada em 24 meses após seu início.

Ainda no segundo semestre está prevista a licitação da terceira etapa do linhão, que

vai cruzar a região do Paço Municipal de Goiânia e do Parque das , seguindo até as imediações do conjunto Cruzeiro do Sul, em Aparecida de Goiânia, onde será conectado a outro conjunto de adutoras para abastecer o município.



● Ricardo José Soavinski, presidente da Saneago na Fieg: concessionária executa obras em 20 municípios, num investimento de R\$ 676,2 milhões

INVESTIMENTOS DE QUASE R\$3,7 BILHÕES

O planejamento estratégico definido pela Saneago para o período entre 2019 e 2023, segundo apresentação realizada pelo presidente da empresa, Ricardo José Soavinski, na Casa da Indústria, no final de abril, define investimentos de praticamente R\$ 3,680 bilhões, mais do que dobrando em relação ao total de R\$ 1,816 bilhão investidos entre 2013 e 2018 apenas em sistemas de água e esgoto. A maior parcela desses recursos, somando R\$ 2,522 bilhões (68,53% do total previsto e 160% mais do que nos seis anos anteriores), deverá ser destinada à expansão da rede de esgotos, que até março deste ano atendia a 60,45% da população (ou 56,1% quando considerado o esgoto tratado). O investimento na rede de água, correspondendo aos 31,47% restantes, está estimado em R\$ 1,158 bilhão, crescendo quase 30% frente aos valores investidos de 2013 a 2018.

Apenas neste ano, a previsão da companhia contempla um investimento de R\$ 372,512 milhões, perto de 79,1% mais do que os R\$ 207,984 milhões realizados em 2018 apenas em água e esgoto. No primeiro trimestre, considerando o investimento total, a Saneago desembolsou R\$ 36,899 milhões em recursos próprios e de terceiros, numa elevação de 17,9% frente a igual trimestre de 2018 (R\$ 31,295 milhões), que já havia sido 63,9% maior do que no primeiro trimestre de 2017.

Atualmente, de acordo com Soavinski, a concessionária toca obras em 20 municípios no Estado, num investimento contratado de R\$ 676,183 milhões, dos quais R\$ 224,910 milhões serão destinados a projetos em Luziânia, Planaltina e Formosa, representando um terço daquele total. Goiânia, Aparecida de Goiânia e Anápolis, também com obras em andamento, deverão receber R\$ 189,689 milhões (28,05% do total). Ainda em fase de licitação, estão previstas obras para mais 15 municípios, com orçamento fixado em R\$ 276,116 milhões. Na soma entre obras em andamento e a contratar, a Saneago já vem investindo ou investirá perto de R\$ 952,299 milhões.

Desde o começo da década passada até o ano passado, a população abastecida com água tratada cresceu 22,9%, saindo de 4,602 milhões para 5,655 milhões de pessoas, o que demonstra uma taxa anual composta de crescimento de 2,61%. Com índices de cobertura mais

baixos, o total de pessoas atendidas pelos sistemas de esgoto da companhia aumentou 73% entre 2010 e 2018, saltando de 2,015 milhões para 3,488 milhões, num avanço anual médio de 7,10%.

MAIOR COBERTURA

(Número de habitantes atendidos em Goiás pelos sistemas da Saneago, em milhões)

Ano	Água	Esgoto
2010	4,602	2,015
2011	4,729	2,134
2012	4,887	2,298
2013	5,173	2,487
2014	5,292	2,718
2015	5,383	2,902
2016	5,579	3,108
2017	5,655	3,282
2018	5,655	3,488

Fonte: Saneago

INVESTIMENTOS PROGRAMADOS

(Valores em R\$ milhões)

Ano	Água	Esgoto	Total
2019	124,430	248,082	372,512
2020	179,512	481,210	660,722
2021	287,429	509,570	796,999
2022	268,676	627,887	896,563
2023	297,885	655,140	953,025
Total	1.157,93	2.521,89	3.679,82

Fonte: Saneago

ATIVIDADES DE BAIXO IMPACTO

Plano de manejo para a APA do Ribeirão João Leite se propõe a conciliar empreendimentos econômicos, preservação do manancial e proteção ambiental

Depois de praticamente um ano de articulações envolvendo as federações da Indústria e da Agricultura e Pecuária do Estado de Goiás (Fieg e Faeg, respectivamente), órgãos ambientais estaduais, prefeituras e associações de empresários e produtores rurais da região, foi apresentada, em 7 de junho, a versão final do projeto de revisão do plano de manejo, em vigor desde junho de 2009, para a Área de Proteção Ambiental do Ribeirão João Leite (APA do João Leite). Realizada pela STCP Engenharia e Projetos, consultoria contratada por R\$ 750 mil com recursos do Fundo Estadual de Meio Ambiente (Fema), a revisão propõe a criação de seis zonas distintas, incluindo desde áreas de preservação, onde não serão permitidas interferências, até áreas que poderão receber atividades comerciais e industriais de baixo impacto ambiental.

O projeto, apresentado durante encontro promovido pela Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) em Terezópolis de Goiás, busca regular a expansão urbana ao longo da unidade de conservação, assim como o uso do solo, os processos de licenciamento ambiental e de fiscalização, além de definir metas e critérios para a recuperação de áreas degradadas. O trabalho define ainda

12 programas para a região de abrangência da APA, contemplando, entre outros pontos destinados a promover a gestão sustentável do território, o pagamento por serviços ambientais.

“O plano em vigor, elaborado em 2009, nunca havia sido revisado, é muito restritivo, impedindo qualquer tipo de empreendimento na APA, mesmo sendo de baixo impacto e distante do reservatório Mauro Borges, manancial de abastecimento público. As restrições inviabilizavam o desenvolvimento e crescimento dos municípios”, comenta o segundo vice-presidente da Fieg, Flávio Santana Rassi. Revendo todo o processo, ele lembra que os trabalhos para revisão do plano de manejo foram iniciados em março de 2018, ainda na gestão do então secretário estadual de Meio Ambiente, Hwaskar Fagundes, “depois de muita pressão da Fieg e da Faeg”. Foi constituída uma câmara técnica para acompanhamento dos trabalhos, formada por representantes das duas entidades, da secretaria e ainda da Saneago, da Fazenda Santa Branca, que fica dentro da APA, da associação de produtores rurais da região e das prefeituras dos municípios que formam a APA (Ouro Verde de Goiás, Campo Limpo de Goiás, Anápolis, Nerópolis, Terezópolis de Goiás, Goianápolis e Goiânia).

Rassi acrescenta que a Fieg, de fato, foi a entidade que iniciou as discussões a respeito da necessidade de revisão do antigo plano de manejo, considerando a não renovação das licenças ambientais de empreendimentos instalados na área de proteção. “O plano autorizava a continuidade dos empreendimentos, no entanto o Ministério Público suspendeu as licenças, exigindo estudos que não cabiam

Alex Malheiros



● **Flávio Rassi, vice-presidente da Fieg:** “plano em vigor é muito restritivo, impedindo qualquer tipo de empreendimento, mesmo de baixo impacto”

para aqueles tipos de empreendimentos. Foi então que, em 2015, a Fieg iniciou as discussões, atendendo a demandas dos empreendimentos ali instalados”, afirma Rassi.

Para o vice-presidente da Fieg, “com certeza é possível a instalação de várias atividades de baixo impacto, como a exploração de minerais não metálicos (areia e brita, num exemplo)”. Conforme Rassi, “considerando o potencial econômico da agricultura na APA, recomenda-se às universidades e entidades de pesquisa agropecuária e de extensão rural que apoiem, fomentem e promovam atividades relacionadas às boas práticas de uso e conservação do solo, a exemplo da agricultura orgânica, da prática agroflorestal. Podemos pensar ainda nas indústrias tecnológicas, de confecções e ainda empresas de serviços, todas de baixo impacto”. ♦

CAMINHOS PARA SUPERAR A CRISE

Trabalho desenvolvido pelo Sistema Fieg na Região Norte e desembarque de nova mineradora devem ajudar Minaçu a enfrentar fim da exploração do amianto

O apoio permanente do Sistema Fieg e a chegada de novo empreendimento na área mineral deverão contribuir para que Minaçu, localizada na Região Norte de Goiás, consiga superar a crise gerada pela paralisação das atividades da mina de amianto da Sama, empresa controlada pelo grupo Eternit, atualmente em recuperação judicial. A exploração e a venda da fibra foram proibidas em todo o País por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) desde o final de novembro de 2017. Mas o acórdão da votação que levou ao banimento do amianto crisotila somente foi publicado em fevereiro deste ano, levando à paralisação parcial, inicialmente, e depois integral das atividades da mineradora em Minaçu.

Havia a expectativa de que a Sama pudesse preservar sua operação, destinando toda a produção ao mercado externo mesmo após a posição definitiva do STF. A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) e o Instituto Brasileiro de Crisotila entraram com embargos de declaração no STF, com pedido de efeito suspensivo para que a mina pudesse continuar operando até o julgamento dos mesmos, o que não chegou a ocorrer até



junho. Diante da demora na apreciação dos embargos, a Sama, que responde por quase 30% da arrecadação do município, decidiu, no final de maio, dispensar todos os 281 funcionários e suspender a operação.

A atuação da Fieg, por meio das unidades locais do Sesi e do Senai, poderá arrefecer ao menos parcialmente os impactos do fechamento da mina. Juntas, aquelas unidades atendem a 86 empresas, das quais 46 do município, incluindo as principais indústrias da região. O Senai Minaçu registrou um total de 13.712 matrículas no período de 2018 e 2019, a maior parte (10.641) em cursos de curta e média duração para aperfeiçoamento profissio-

nal. Os demais alunos estão alocados em cursos de iniciação profissional (1.694), qualificação (151), aprendizagem básica (436) e cursos técnicos (790). Na área do Sesi, são 1.237 matrículas no segmento de educação continuada e mais 39 no segmento de Educação de Jovens e Adultos (EJA). A biblioteca da instituição realizou 3.405 atendimentos e outras 1.921 pessoas foram beneficiadas com contratos de lazer ativo, o que inclui a prática de ginástica, enquanto 508 trabalhadores estão inscritos nos programas de atividades físicas, esportivas e culturais do Sesi Minaçu, que também registra a vacinação de 274 pessoas, majoritariamente do setor industrial.

AJUDA MILIONÁRIA

Na primeira semana de junho, a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) entregou a licença ambiental à Mineração Serra Verde, que desde 2011 já investiu em torno de R\$ 270 milhões em pesquisas minerais e planeja mais US\$ 170 milhões nos próximos dois anos no projeto de terras raras que a empresa toca em Minaçu (GO). Segundo a assessoria de comunicação da Semad, o vice-presidente executivo da mineradora, Luciano de Freitas Borges, afirmou que a missão é fazer "renascer o espírito minerador" do município. "Queremos contratar ao máximo de mão de obra local. Nossa prioridade será cada vez mais integrarmos essa comunidade e agregarmos valor à economia do município", afirmou. De acordo com ele, deverão ser injetados na economia do município em torno de R\$ 1,5 milhão relativos ao pagamento de salários, estimando-se a geração de R\$ 28 milhões a R\$ 32 milhões em impostos quando a planta estiver em operação.

SuperFrango investe em Nova Veneza

Pela primeira vez com apoio institucional da Fieg, Nova Veneza realizou a 15ª edição do Festival Italiano de Gastronomia e Cultura, entre os dias 6 e 9 de junho, atraindo mais de 120 mil pessoas e movimentando ao redor de R\$ 2,0 milhões, com geração ainda em torno de 1,2 mil empregos diretos. “A Fieg sabe reconhecer o valor dessa festa, preparada com muito sabor, música, cultura e marcante alegria. Importância, aliás, não apenas para Nova Veneza, mas também para o Estado de Goiás, pois afinal trata-se de um dos maiores festivais gastronômicos do País”, disse o vice-presidente da Fieg Flávio Rassi, durante o lançamento oficial do festival, na Casa da Indústria, no final de maio.

Criado pelo então prefeito de Nova Veneza e empresário Oswaldo Stival ainda na década de 1980 para estimular a criação de um polo de turismo gastronômico na cidade e atrair investimentos, o festival tem produzido resultados mais perenes, que vão além dos quatro dias de festa, observa Alessandro Stival, atual vice-prefeito do município. “Estamos colhendo neste ano o maior fruto de todo o esforço iniciado lá atrás”, afirma, referindo-se à instalação de uma unidade de abate de aves da SuperFrango na região.

Segundo Stival, a planta deverá iniciar suas operações em 2020 e terá capacidade para abater 160 mil aves por dia, prevenindo-se a criação de 2,0 mil empregos diretos nos próximos cinco anos. “Será a segunda maior planta da SuperFrango”, acrescenta ele. Segundo a presidente da Associação Veneziana Pró-Festival Italiano (Afesti), Hermione Stival, o investimento deverá superar R\$ 200 milhões. “A cidade vai passar por uma grande transformação em seu perfil socioeconômico, com o surgimento de diversas oportunidades de investimento, sobretudo no polo turístico de gastronomia e cultura”, disse.



Tatiana Reis

● **Prefeita de Nova Veneza, Patrícia Amaral, vice-presidente da Fieg Flávio Rassi e a presidente da Afesti, Hermione Stival, na Casa da Indústria: investimento de R\$ 200 milhões**

Nerópolis, muito além de doces e temperos

Conhecida por seus famosos doces e temperos, Nerópolis, na Região Metropolitana de Goiânia, a 35 quilômetros da capital, também se destaca pelo parque industrial em franca expansão, com empresas de grande porte de vários segmentos, inclusive multinacionais, que geram milhares de empregos diretos e indiretos.

Um recorte desse potencial foi mostrado na 1ª Feira da Indústria, Comércio, Agropecuária e Serviços de Nerópolis, realizada entre 16 e 19 de maio. A promoção, da Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e Serviços de Nerópolis (Acianer), contou com apoio do Sistema Fieg, por meio do Senai, que deslocou uma unidade móvel de panificação à cidade para realizar, na Praça de Alimentação do evento, oficinas com receitas de cup cake, bolo de pote e pães especiais.

A Expo Nerópolis, com 56 estandes de empresas da cidade e região, por onde passaram 15 mil pessoas, superou as expectativas dos organizadores, que



● **Jaques Silvério, presidente do Sincafé, fala na abertura da Expo Nerópolis: apoio do Sistema Fieg**

estimavam negócios em torno de R\$ 3 milhões e fecharam as contas com R\$ 6,5 milhões – incremento de cerca de 117%, segundo o presidente da Acianer, Ancelmo Marques Pereira.

“O Sistema Fieg tem muito a contribuir com o desenvolvimento da economia de Nerópolis, por meio de serviços prestados pelo Instituto Senai de Tecnologia em Alimentos e Bebidas e dos diversos cursos do Sesi e Senai”, disse o presidente do Sindicato das Indústrias de Torrefação e Moagem de Café no Estado de Goiás (Sincafé), Jaques Jamil Silvério, que representou o presidente da Fieg, Sandro Mabel, na abertura da mostra. ♦

Startups NA MIRA

Lauro Veiga Filho

Fotos: Alex Malheiros

Nascido no Vale do Silício, na Califórnia, um dos principais centros produtores de alta tecnologia no globo, o **Founder Institute** desembarca em Goiânia com o desafio de formar, a cada semestre, pelo menos dez startups de base tecnológica, com soluções e produtos devidamente validados e prontos para avançar no mercado. O programa desenvolvido pelo instituto, afirma **Cláudio Ávila**, desenvolvedor e programador de software da Supera Tecnologia e representante do Founder Institute, tem como objetivo “não apenas, passar conhecimento, mas fazer com que empreendedores cheguem ao final realmente com um negócio”. Com apoio da Fieg, por meio do Conselho Temático de Desenvolvimento Tecnológico e de Inovação (CDTI), o instituto pretende contribuir para a construção de negócios escaláveis e duradouros. “Trabalhamos entre aquele momento em que a pessoa percebeu que tem possibilidade de constituir uma startup e o momento em que de fato isso pode se transformar em um negócio, com investimentos para tracionar a operação, buscar rodadas de investimento e se tornar algo que pode ser uma solução até internacional”, define Ávila. “Nesse meio existe um ‘vale da morte’ que é onde a gente entra, mitigando esse risco”, acrescenta, em entrevista à **Goiás Industrial**.



“O FOUNDER INSTITUTE (...) ESTÁ ATRÁS DE PESSOAS COM PERFIL EMPREENDEDOR, MAIS DO QUE DE IDEIAS”

Goiás Industrial - O que é o Founder Institute e quais seus objetivos?

Cláudio Ávila – O Founder Institute é programa mundial, baseado no Vale do Silício, na Califórnia, nos Estados Unidos, que tem a missão de globalizar o programa para apoiar fundadores de empresas nesse modelo de startup, dentro de uma metodologia de mentoria, de instrução, de capacitação e, ao mesmo tempo, de permitir que esses empreendedores possam ter uma jornada a fim de mitigar o risco de empreender dentro dessa modalidade. O que acontece atualmente? Hoje em dia, fala-se muito em startup, em empreendedorismo, mas isso se tornou meio que um ‘lifestyle’ (estilo de vida, numa tradução livre). Virou bacana empreender. Mas só que as pessoas não tomam os cuidados devidos nessa fase inicial, que é quando você tem uma ideia, até o processo de você ter um negócio e poder ‘escalar’ isso (alcançar maior escala para seu negócio). Então, o empreendedor acaba queimando etapas. Ele acredita, por exemplo, que já tem um negócio muito bem validado e já parte para o desenvolvimento do produto sem ter dimensionado a necessidade, sem ter validado o problema que ele busca resolver.

O Founder Institute é um programa mundial e já atinge mais de 181 cidades no mundo, com 11,0 mil mentores na base, formando uma rede para dar feedback para o empreendedor. Mais de 3,5 mil pessoas já passaram pelo programa, pessoas que se candidataram para fazer parte do programa como fundadores, submetidas a um processo seletivo muito rigoroso. O Founder Institute, inclusive, trabalha com o perfil do empreendedor, antes de falar em ideia. Há um teste feito no início para identificar o que eles chamam de 'DNA empreendedor', para identificar o perfil daquela pessoa, se ela seria resiliente, orientada a desafios e assim por diante. Então, o programa tem essa assertividade.

Goiás Industrial - Qual será o trabalho a ser desenvolvido em Goiás?

Ávila - O capítulo de Goiânia do Founder Institute está sendo liderado por mim, pelo Marcos Bernardo, do Instituto Gyntec, e pelo Rafael Pinto, da Inovalaw. Nós três estamos trazendo o programa para cá, depois de passarmos por um processo seletivo e ainda por um programa de execução. Eles são muito orientados a processo e cada semana você tem de cumprir cada etapa. São tarefas semanais que o empreendedor tem de entregar e ele tem não só o aprendizado durante aquela semana, mas também etapas de validação, como por exemplo validação de mercado. No Brasil, já são mais de dez cidades incluídas. Outras cidades poderão receber o programa também.

Goiás Industrial - Quais os custos para os participantes?

Ávila - O Founder Institute trabalha com o seguinte pensamento: quem participa do programa são os fundadores; ele está atrás de pessoas com perfil empreendedor, mais do que de ideias. Realizamos uma sequência de cinco eventos ao longo de abril, mais para divulgar como o instituto funciona. Nosso objetivo é mostrar o que é o Founder Institute para pessoas que tenham às vezes uma ideia e possam executar essa ideia, mesmo que ela já tenha outro trabalho. O programa é modelado para isso, para que as pessoas possam executar suas ideias. Ao mesmo tempo, o programa segue um processo e não é difícil, mas é trabalhoso e exige dedicação para a execução de todas as etapas e tarefas. O programa efetivamente começa no dia 26 de junho e será realizado durante 14 semanas. Durante esse período, os empreendedores que passarem pelo processo seletivo pagarão em torno de US\$ 500 para execução do programa ao longo daquelas 14 semanas. Toda quarta-feira, ele terá um encontro para receber o conteúdo específico daquela semana e, ao longo da semana, os empreendedores selecionados vão se encontrar entre si e terão apoio dos líderes, dos mentores para que possam executar as tarefas, que deverão ser entregues ao final de cada semana e em seguida receberão o feedback dos mentores. Eles terão de tomar a decisão de continuar ou não no programa, o que já funciona como uma validação do negócio. Se o empreendedor

desistir do programa até a terceira semana, ele receberá o dinheiro de volta, mas poderá retornar no semestre seguinte, talvez com alguma outra ideia.

Goiás Industrial - Funciona como se fosse uma espécie de capacitação?

Ávila - É uma capacitação, mas baseada em execução. O que acontece muito hoje? Em geral, os conteúdos estão disponíveis na internet e todos podem ter acesso. Você já ouviu falar de alguém que sabe andar de bicicleta, mas nunca andou? É muito estranho falar isso, mas é muito comum pessoas dizerem que sabem empreender, mas nunca empreenderam. Ela leu um livro, assistiu a um vídeo, fez um treinamento, mas nunca empreendeu. O modelo do Founder Institute prevê na prática que a pessoa realmente execute as tarefas. Existe todo um processo muito experimentado ao longo de uma década e cada semestre temos o aprendizado, o feedback, com melhorias no processo. Um dos erros muito comuns entre empreendedores é ele achar que já tem a solução ideal, mas que não foi validada. Pode ser que você tenha, durante o programa, apenas como exemplo, alguma atividade que é entrevistar cem possíveis clientes. O empreendedor decide entrevistar 50, 80 ou nem faz qualquer entrevista. No programa, se ele não tiver o registro das cem entrevistas ele vai ser convidado a realizar uma tarefa especial para talvez continuar no programa. O objetivo não é apenas passar conhecimento, mas fazer com que esses empreendedores cheguem ao final realmente com um negócio. De 250 inscritos no total, apenas em torno de 40 conseguem entrar de fato no programa pela avaliação. Desses, em torno de 30%, ou seja, de 10 a 15, chegam ao final do programa com toda a validação do negócio.



“VOCÊ JÁ OUVIU FALAR DE ALGUÉM QUE SABE ANDAR DE BICICLETA, MAS NUNCA ANDOU? É MUITO ESTRANHO FALAR ISSO, MAS É MUITO COMUM PESSOAS DIZEREM QUE SABEM EMPREENDER, MAS NUNCA EMPREENDERAM” ▶

Goiás Industrial - *Essa formação já seria uma forma de mitigar os riscos de uma startup?*

Ávila - Justamente. Primeiramente, deixe-me contextualizar o que é uma startup. É um negócio que se propõe a resolver um problema que afeta várias pessoas, com alto valor agregado e que tem uma base tecnológica que precisa ser escalável. Padaria, por exemplo, é um negócio bacana, mas que exige custos que crescem juntamente com a expansão do negócio. A startup, não. Com tecnologia, ela consegue atender uma escala muito maior sem que seu custo cresça junto. Então a base tecnológica é muito importante. Trabalhamos entre aquele momento em que a pessoa percebeu que tem possibilidade de constituir uma startup e o momento em que de fato isso pode se transformar em um negócio, com investimentos para tracionar a operação, buscar rodadas de investimento e se tornar algo que pode ser uma solução até internacional. Nesse meio existe um 'vale da morte' que é onde a gente entra, mitigando esse risco. Ainda hoje, as pessoas passam um ano desenvolvendo um produto para depois, na hora de vender, ninguém querer comprar, o que é muito comum acontecer. Com esse modelo, primeiro você valida sua ideia ou produto. Praticamente você vende antes de fazer.

Goiás Industrial - *Na prática, como funciona essa validação? Qual é o passo a passo para isso?*

Ávila - Tem toda uma etapa de validação do produto, validação do mercado e lançamento. O objetivo é que o empreendedor, a partir de uma ideia, saia com uma empresa já formalizada, o que inclui pesquisa, validação, pitch (apresentação). É um programa pesado para que ele trabalhe essa disciplina, necessária para poder lançar uma startup de sucesso.

Goiás Industrial - *O empreendedor precisa vir da área de tecnologia ou ele simplesmente pode trazer a ideia para ser trabalhada por pessoal do setor?*

Ávila - O time é muito importante. Um time só de pessoas de tecnologia não vai funcionar. Um time só de pessoas de negócios, também não. O empreendedor tem de ter perfil empreendedor para fazer esse casamento. Durante as várias etapas do programa, ele vai ter a oportunidade de buscar o time ou de buscar pessoas que complementem o time dele para que obtenha sucesso.

Goiás Industrial - *Nessa questão do crédito ou de captação de recursos para investimento, o programa também ensina o caminho das pedras?*

Ávila - A gente trabalha conectando o fundador, esse empreendedor, a uma rede de mentores, que são igualmente empreendedores, têm relações no mercado e podem ajudar aquela pessoa a caminhar. Inclusive, a Fieg é muito parceira para a conexão à indústria. Se você tem, por exemplo, uma ideia para resolver um problema de um

determinado segmento industrial, vamos conectar o empreendedor com esse possível parceiro que pode até vir a ser um investidor no futuro. Trata-se de conectar todas as pontas que são necessárias para o processo. Estamos falando em conteúdo, metodologia, processo, feedback verdadeiro dos mentores, dos líderes do capítulo.

Goiás Industrial - *Vocês trabalham com alguma meta para essa fase do programa?*

Ávila - Nossa expectativa é de que cheguemos ao menos na média, que seria conseguir a formação de pelo menos dez startups. A partir do momento que esses empreendedores se formam, eles passam a fazer parte de uma rede de fundadores, que funciona também como uma rede de apoio. Existe uma questão interessante que é o 'equity pool' ou 'collective equity', seria um direito de compra de participação na sociedade. Normalmente, o investimento nessa área vem em troca de uma participação na empresa. A expectativa do investidor é de que esse negócio cresça. Cada fundador no final do processo, juntamente com sua formatura, oferece uma participação de sua empresa para opção de compra dentro do pool formado pelos mentores, pelos próprios fundadores, pelos líderes e pela diretoria do Founder Institute no Vale do Silício. Isso é um grande diferencial.

Goiás Industrial - *Qual a participação da Fieg nesse processo?*

Ávila - A federação, por meio do Conselho Temático de Desenvolvimento Tecnológico e de Inovação (CDTI), é parceira, está ajudando a divulgar, a levar essa mensagem para os empreendedores. O papel da indústria é fundamental nesse processo. Temos de mudar um pouco o cenário no Brasil. A gente só consome startups de fora e precisamos trabalhar as startups brasileiras. ♦



“O OBJETIVO NÃO É APENAS PASSAR CONHECIMENTO, MAS FAZER COM QUE ESSES EMPREENDEDORES CHEGUEM AO FINAL REALMENTE COM UM NEGÓCIO”



● **William Alves, supervisor, e Érico Nascimento, gerente de Manutenção da Laticínios Bela Vista:** "Ficamos encantados com a proposta, o Senai mostrou detalhes que até nós, que vivenciamos o dia a dia da empresa, não havíamos percebido"

MAIS PREVENÇÃO, MENOS RISCOS

Senai amplia atuação na área de segurança do trabalho com realização de consultorias em NR-10 para auxiliar indústrias na adequação à norma e a prevenir acidentes com eletricidade

Andelaide Lima
Fotos: Alex Malheiros

As estatísticas são assustadoras e expõem realidade preocupante da área de segurança do trabalho no Brasil, que ocupa a 4ª posição no ranking mundial de acidentes. O País registra uma ocorrência a cada 48 segundos, com uma vítima fatal a cada três dias, segundo dados do Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho, ferramenta criada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) em parceria a Organização Internacional do Trabalho (OIT). De janeiro de 2018 a março de 2019, foram registrados no

Brasil mais de 800 mil acidentes de trabalho, que resultaram em quase 3 mil mortes. Em Goiás, o número de pessoas que perderam a vida nessas circunstâncias cresceu 14% em 2018 em relação ao ano anterior, saltando de 82 para 94 óbitos.

Diante desse quadro alarmante, o Senai amplia as ações de assessoria técnica para ajudar as empresas a prevenir e a reduzir acidentes de trabalho, com a oferta de consultorias para adequação a normas técnicas relacionadas à segurança do trabalhador, ►

SEGURANÇA DO TRABALHO

como a NR-10 e a NR-12, alvo de intenção do governo federal de proceder alterações (veja matéria correlata na página xx).

As atividades são desenvolvidas pelo Instituto Senai de Tecnologia em Automação, de Goiânia, por meio do Núcleo de Legislações, Normas e Regulamentos Técnicos, especializado em atendimentos destinados à implantação nas indústrias da NR-12. A norma é voltada para garantir a saúde e integridade física de trabalhadores em operações com uso de máquinas e equipamentos, grupo que ocupa o primeiro lugar no ranking de agentes causadores de acidentes em Goiás – 15% dos casos, segundo o MPT.

LATICÍNIOS BELA VISTA: “SENAI MOSTROU O MELHOR CAMINHO”

Estruturado em 2014, o núcleo é coordenado pelo engenheiro eletricista e de segurança do trabalho Joel Mário de Souza, especialista em segurança de máquinas e equipamentos com certificação mundial – CMSE® (Certified Machinery Safety Expert), concedida pela TÜV Nord, órgão internacional com sede na Alemanha. Neste ano, a unidade expandiu sua atuação e incluiu em seu portfólio a realização de consultoria em NR-10, que trata sobre segurança em instalações e serviços com eletricidade. O primeiro atendimento foi realizado na Laticínios Bela Vista, em Bela Vista de Goiás, na Região Metropolitana de Goiânia.

Detentora da marca Piracanjuba, a indústria contratou o Senai para elaboração de um Relatório Técnico das Instalações Elétricas (RTI), documento feito com base nos dados e resultados obtidos por meio de testes, e verificação de conformidades, sendo um dos componentes do prontuário de instalações elétricas previsto na NR-10.

“O relatório abrange um conjunto de procedimentos e instruções técnicas e administrativas de segurança e saúde, e descrição das medidas de controle existentes, além de apontar não conformi-

● **Joel Mário de Souza, especialista do Senai em segurança de máquinas e equipamentos: expectativa quanto à modernização da NR-12**



“**A preocupação da empresa é trazer segurança para os colaboradores e para o ambiente, e o Senai mostrou o melhor caminho a seguir, a instituição tem credibilidade e clareza no que faz”**

WILLIAM ALVES, o supervisor de Manutenção Elétrica da indústria.

dades e gerar um cronograma de ações para adequações. O objetivo é garantir que as instalações possam funcionar corretamente de maneira que não ofereçam riscos aos trabalhadores e à empresa”, explica o analista de Serviços de Tecnologia e Inovação do Núcleo, Caio Márcio Pessoa, que coordenou o atendimento.

Gerente de Manutenção da Laticínios Bela Vista, Érico Nascimento diz ter se surpreendido com o nível de detalhamento e riqueza do RTI produzido pelo núcleo. “Ficamos encantados com a proposta, o

Senai mostrou detalhes que até nós, que vivenciamos o dia a dia da empresa, não havíamos percebido, como os locais com maior risco, onde direcionar nosso foco e dar encaminhamento ao que precisa ser feito. Já recebemos em nossa empresa diversos prestadores de serviços e nenhum deles apresentou conhecimento técnico tão especializado quanto o Senai. Nós estamos contentes com o relatório apresentado, superou nossas expectativas e, por isso, desejamos seguir contratando novos serviços com o núcleo”, avalia.

Com pós-graduação em Instrumentação e Controle de Processos e Industriais pela Faculdade Senai Ítalo Bologna, Érico Nascimento apostou na instituição para fazer outra especialização, agora em Eficiência Energética na Indústria.

“A preocupação da empresa é trazer segurança para os colaboradores e para o ambiente, e o Senai mostrou o melhor caminho a seguir, a instituição tem credibilidade e clareza no que faz”, complementa o supervisor de Manutenção Elétrica da indústria, William Alves.



● **Caio Pessoa:** trabalho busca garantir que as instalações possam funcionar corretamente de maneira que não ofereçam riscos aos trabalhadores e à empresa

Em outra frente de atuação, o Senai se prepara para estabelecer parceria de base nacional com a Schneider Electric, multinacional com sede na França, especialista global em gestão de energia e automação industrial. Com previsão de realização de atendimentos de NR-12 da empresa em todo o País, a Schneider vai doar diversos produtos para o laboratório de NR-12 do núcleo, além de dispositivos relacionados à Indústria 4.0.

Polêmica sobre modernização das NRs

O governo federal anunciou, em maio, que as Normas Regulamentadoras (NRs) passarão por amplo processo de modernização e simplificação, com redução de 90% das exigências estabelecidas atualmente. A primeira norma a ser revista será a NR-12, que trata da regulamentação de maquinário. O assunto tem gerado discussões sobre impactos que as alterações vão causar às empresas e aos profissionais que atuam diretamente na área de segurança

do trabalho, considerando que o Brasil ocupa a 4ª posição no ranking mundial de acidentes do trabalho, de acordo com dados do MPT.

Coordenador do núcleo especializado do Senai, Joel Mário de Souza espera que a nova redação da NR-12 seja ainda mais

incisiva quanto à aplicação das normas técnicas, expressando, por exemplo, a utilização das normas do tipo C (específicas para determinado grupo de máquinas) e as normas EN (europeias). “Com isso, qualquer dúvida quanto à legalidade da utilização de máquinas europeias no Brasil, desde que atendam aos requisitos de segurança estabelecidos na diretiva de máquinas, estará superada, pois estarão em harmonia com a legislação brasileira”, argumenta.

Ele destaca que o núcleo já tem referência no mercado, contribuindo com dezenas de empresas no processo de adequação de máquinas, e que toda metodologia aplicada segue os padrões internacionais. “Isso traz segurança jurídica e técnica às empresas, independentemente de quaisquer atualizações nas normas regulamentadoras”, observa.

MAIS SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

Além do Senai, o Sesi atua na área de saúde e segurança do trabalho, oferecendo diversas soluções destinadas a melhorar o ambiente laboral, beneficiando indústrias e trabalhadores, ao elevar a produtividade e competitividade, a exemplo da premiada ginástica laboral, medicina ocupacional e serviços para Semana Interna de Prevenção de Acidentes (Sipat). Há, ainda, a plataforma Sesi Viva Mais, que organiza em ambiente digital único dados e informações para apoiar ações de SST. ◆





● Sandro Mabel fala a deputados na Assembleia Legislativa de Goiás: parceria firmada e apoio para o Sistema S

ASSEMBLEIA FIRMA PARCERIA PARA CAPACITAÇÃO E DEFENDE SISTEMAS S

Termo de cooperação técnica potencializa serviços do Legislativo e evidencia confiança nas instituições diante da ameaça de cortes pelo governo federal

Dehovan Lima e Luciana Amorim
Fotos: Alex Malheiros

A Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) e a Assembleia Legislativa assinaram termo de cooperação técnica para capacitação de servidores da Casa e participação do Sesi, Senai e IEL no Alego Ativa, programa de apoio, desenvolvimento e integração do Poder Legislativo com os municípios goianos. A parceria foi formalizada pelos presidentes da Fieg, Sandro Mabel, e da Assembleia, Lissauer Vieira (PSB), durante palestra do líder da indústria goiana sobre Os Desafios do Sistema S, dia

16 de maio, na Sala Deputado Solon Amaral.

Na oportunidade, parlamentares se revezaram em discursos para defender as instituições contra ameaça de corte de recursos pelo governo federal. “Eu fui aluno do curso de torneiro mecânico do Senai e sei da qualidade do serviço que é prestado à população”, disse o deputado Coronel Adailton (PP). “Luto pelo Sistema S desde quando era vereador. Atuei em conjunto para a construção da Escola Sesi Senai Jardim Colorado e acompanhei a mudança que gerou naquela comunidade.

Sou um defensor do Sistema Indústria”, acrescentou o deputado Charles Bento, do PRTB.

Na palestra aos parlamentares, Sandro Mabel apontou quais as consequências de um possível corte de receitas em ações nas áreas de educação, saúde e qualificação profissional. “O governo federal desconhece o trabalho feito pelo Sistema S. Está tirando dinheiro utilizado para pessoas que não têm condições de ter uma qualificação profissional por meio de boas escolas, como Sesi e Senai, para devolver o recurso para o empresário. Não tem sentido”, afirmou o presidente da Fieg.

Sobre a parceria firmada com a Assembleia, Sandro Mabel disse que o Sistema Indústria pretende auxiliar os parlamentares a desenvolver projetos. “Essa parceria é muito importante para a Fieg e para a Assembleia Legislativa. Estou aqui hoje porque gosto muito desta Casa. Sempre respeitei o Parlamento, que sempre trouxe alegrias para mim. É uma honra assinar esse convênio com a minha Assembleia. Aqui foi minha primeira experiência como político e espero que possamos ajudar a Casa a desenvolver bons trabalhos”, enfatizou.

O presidente da Alego, Lissauer Vieira, elogiou a parceria e disse que a expectativa é de que o Projeto Alego Ativa seja realizado mensalmente e possa percorrer todos os municípios do Estado de Goiás. “Esse termo de cooperação técnica, por meio de protocolo de intenções, vai oferecer cursos e atendimentos por meio do Alego Ativa, que podem variar em função das vocações e características de cada região. A primeira edição do programa foi realizada em Acreúna, no Sudoeste do Estado, dia 3 de junho.

O documento indica que a Fieg e as entidades do Sistema S atuarão na estrutura móvel do programa e deverão oferecer treinamento, palestras e qualificação, incluindo cursos do Programa de Capacitação de Servidores. A coordenação da parceria será de responsabilidade da



● Vereadores de Goiânia conhecem laboratório de robótica do Sesi Canaã

Diretoria de Assuntos Institucionais. O termo de cooperação terá vigência de 60 dias a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado por igual período. (Com informações da Alego).

Defesa do Sistema S, um verdadeiro mantra

A defesa do Sistema S, sobretudo do Sesi e Senai, tem sido pauta constante da agenda do presidente da Fieg, Sandro Mabel, desde o início de seu mandato (2019-2022), em janeiro. Aliás, desde sua posse, em substituição a Pedro Alves de Oliveira, em dezembro, em solenidade no Teatro Sesi, no final do ano passado. “Vamos tirar a faca das mãos dele”, disse à época Sandro Mabel, em referência ao ministro da Economia, Paulo Guedes. A rotina inclui palestras, a exemplo da mais recente, na Assembleia Legislativa de Goiás, encontros e reuniões empresariais e com autoridades nas esferas municipal, estadual e federal, inaugurações de obras, fóruns e outros eventos.

A campanha contra a ameaça de cortes de recursos pelo governo federal

repercuta por meio da imprensa, de redes sociais e dos veículos de comunicação da Fieg e do Sistema S, e ganha amplo apoio de diversos segmentos empresariais, políticos e da sociedade. Pesquisa Ibope mostra que quanto mais conhecem mais brasileiros aprovam Sesi e Senai. Nada menos do que 90% dos brasileiros consideram as instituições ótimas ou boas em serviços essenciais para o desenvolvimento socioeconômico, como a qualificação de mão de obra.

Manifesto da Câmara de Goiânia

- Em abril, a Câmara de Vereadores de Goiânia recebeu Sandro Mabel para apresentar, em sessão da Casa, o trabalho que é desenvolvido pelo Sistema Indústria em Goiás e redigiu um manifesto de apoio ao Sesi e Senai, a ser encaminhado à bancada federal no Congresso e ao governo federal, contra possível corte na receita do Sistema S.

“Eu vejo um trabalho fantástico do Sistema S, inclusive eu fui aluno do Senai, há 30 anos atrás, e vejo na contramão os que estão tentando tirar recurso de um programa fantástico. Nós temos quase 14 milhões de desempregados e se não fosse o trabalho do Sistema S, de todo empre- ▶

COOPERAÇÃO TÉCNICA



● Vereadores de Aparecida de Goiânia são recebidos por Sandro Mabel na Casa da Indústria



● Vereadores de Anápolis recebem Sandro Mabel na Câmara Municipal. Na pauta, defesa do Sistema S e retomada de investimentos pelo polo

sariado, o País estaria muito pior”, disse o vereador Carlin Café (PPS).

“O Estado de Goiás ainda é muito fraco no desenvolvimento industrial, se não fosse o Sistema S para organizar, fomentar, estimular e atrair, nós teríamos aqui, em nosso Estado, um bolsão de miséria”, enfatizou o vereador Felisberto Tavares (PR).

Em maio, comitiva de vereadores de Goiânia conheceu in loco, nas Escolas Sesi e Senai Vila Canaã, o trabalho desenvolvido pelas instituições do Sistema S e reiterou apoio contra a ameaça do governo federal de corte dos recursos que mantêm a estrutura.

Ao final da visita técnica, o presidente da Câmara, Romário Policarpo, reafirmou o apoio e a parceria do Poder Legislativo da capital com o Sistema S, classificado pelos vereadores como estratégico para a educação básica e a qualificação de trabalhadores.

“Reafirmamos o apoio da Câmara de Goiânia ao Sistema S e a nossa defesa, que será levada ao governo federal, pela manutenção integral dos investimentos na instituição, fundamentais para a formação de atuais e futuros trabalhadores e para o crescimento econômico do Brasil”, disse.

Aparecida fecha questão – Também a Câmara de Aparecida de Goiânia saiu em defesa do Sesi e Senai, durante visita que 14 de seus 25 vereadores fizeram, em abril, à Casa da Indústria. Para o presidente da Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia, Vilmar Mariano, é preciso mobilizar-se contra a proposta do governo federal. “Nosso município é muito bem atendido pelo Sistema Fieg. É inadmissível pensarmos nesse corte”, afirmou. A cidade conta com a pioneira Unidade Integrada Sesi Senai Aparecida de Goiânia e a Escola Senai Dr. Celso Charuri.

Também presente no encontro, o vereador Rosildo Silva ressaltou a importância das instituições, sobretudo em ações voltadas para a educação e a saúde. “Temos de criar mais escolas, e não fechar as que existem e funcionam bem. Os municípios vão perder muito com o fechamento dessas unidades. É o momento de mobilizarmos nossa base federal para não deixar que isso aconteça”, destacou.

Da mesma forma, o vereador Willian Panda manifestou-se salientando a importância de a Câmara Municipal fazer uma nota repudiando eventuais cortes nas receitas do Sistema S. “As instituições ajudam prefeituras e Estados a cumprir demandas essenciais à população, como educação e

saúde, fazendo com excelência um trabalho que o setor público tem enormes desafios a superar”, completou.

Judiciário - Na agenda em defesa do Sistema S, o presidente da Fieg, Sandro Mabel, também recebeu, na Casa da Indústria, o presidente do Tribunal Regional do Trabalho, Paulo Pimenta, e seis desembargadores que compõem o plenário do TRT Goiás. Na reunião, o presidente Sandro Mabel apresentou o trabalho desenvolvido pelas instituições no Estado e os números que comprovam a importância do Sistema Indústria, sobretudo em ações que garantem educação, saúde, qualificação profissional e competitividade do setor produtivo.

Na oportunidade, o desembargador Eugênio Cesário compartilhou sua experiência com o Sistema S. Ex-aluno do Senac de Brasília, ele iniciou sua vida profissional aos 16 anos, por meio do curso técnico de cartazista e letrista. “Foi muito gratificante e agradeço até hoje ao Sistema pelo que proporcionou na minha vida”, disse Cesário.

O vice-presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho (Amatra), Cleidimar Almeida, acompanhou a comitiva e também dividiu seu testemunho com as autoridades presentes no encontro. Ex-aluno da unidade Sesi Senai Vila Canaã, o juiz atestou que vidas são transformadas por meio dessa atuação, que proporciona cidadania, principalmente, para jovens de baixa renda. “Esse período da minha vida vai ficar marcado por lidar com pessoas de bem e com bons propósitos. Eu devo muito ao Sesi”, afirmou Almeida.

O presidente do Tribunal Regional do Trabalho, Paulo Pimenta, reconheceu a importância do Sistema S, sobretudo na capacitação dos trabalhadores. “Supre uma obrigação que é do Estado, com competência e agilidade que muitas vezes os mecanismos de contratação do setor público tornam mais difíceis”, observou o desembargador. E completou: “Tudo isso com recursos dos próprios interessados finais, que são os empresários”.



● **Diretor de Educação e Tecnologia da CNI, Rafael Lucchesi, fala na audiência pública da Câmara dos Deputados, observado por Glaustin da Fokus**

Respaldo em audiência pública na Câmara dos Deputados

Acompanhada por uma comitiva de Goiás, formada por empresários e executivos da Fieg, audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados, em Brasília, discutiu e reforçou a relevância do Sistema S. Ao conduzir o debate, o deputado federal Glaustin da Fokus (PSC-GO) disse que ainda há espaço para mais informação à sociedade acerca do papel das nove instituições na educação básica, no ensino profissionalizante, na inovação tecnológica, saúde e segurança do trabalho, a fim de evitar ou reduzir os cortes de orçamento planejados pelo governo.

“As especulações de corte nos trazem grande preocupação, mas acredito bastante no poder da informação. Como é que tomamos qualquer decisão? Na minha vida empresarial, aprendi que sempre precisamos ter dados na mão. Por isso, é necessário informar a sociedade a respeito de tudo que o Sistema S fez e faz pelo País. Reduzir gastos faz parte do cotidiano de todos. Porém, passar uma régua como um corte geral seria o pior dos cenários.”

Empresário e ex-aluno do Sesi e Senac, o deputado avalia que o trabalho das instituições transforma a mão de obra e movimentam a economia brasileira. “Minha origem está na indústria e no comércio. Por isso, senti na pele a importância do Sistema S. É quem apoia pequenos negócios em todo o País e

quem apresenta soluções para empresas de diversos portes”, destacou.

IMPACTOS

O diretor de Educação e Tecnologia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Rafael Lucchesi, ressaltou a capilaridade territorial do Sistema S como uma ferramenta para “fazer um Brasil menos injusto”. Em 2018, o Sesi realizou quase 1,2 milhões de matrículas em suas 501 escolas e beneficiou mais de 3,5 milhões de pessoas com atividades de saúde e segurança. Já o Senai efetivou 2,3 milhões de matrículas em formação profissional e prestou serviços tecnológicos a 19.749 empresas, por meio de suas 587 unidades fixas, 457 móveis e 189 laboratórios. Segundo Lucchesi, o Senai já capacitou 76 milhões de brasileiros em 28 áreas da indústria.

Em toda a audiência, o Sistema S foi amplamente defendido, em manifestações dos deputados José Mário Schreiner, atual presidente da Faeg, Tiago Dimas, José Neto, Mário Neto. Da bancada goiana, também marcaram presença Lucas Vergílio, Rubens Otoni e Elias Vaz.

Na comitiva goiana, acompanharam as discussões o vice-presidente da Fieg, André Rocha, o diretor secretário Célio Eustáquio de Moura e o diretor regional do Senai e superintendente do Sesi, Paulo Vargas, entre outros. ♦



● Alunos do Sesi Canaã cantam o hino: “Vou trabalhar na indústria. E o meu futuro conquistar”

YES, NÓS TEMOS HINO!

Goiás lança Hino do Aluno Sesi e Senai; CNI anuncia que iniciativa inédita no Sistema será levada a outros Estados

“ Vou trabalhar na indústria. E o meu futuro conquistar!” Esse é o refrão do Hino do Aluno Sesi Senai, lançado pelo Sistema Fieg, em meio à ampla mobilização que marcou as comemorações do Dia da Indústria (25 de maio), em todas as unidades escolares de Goiás – de Norte a Sul do Estado –, integrando simultaneamente estudantes em dez cidades: Minaçu, Crixás, Niquelândia, Anápolis, Goiânia,

Aparecida de Goiânia, Catalão, Rio Verde, Jataí e Itumbiara.

Iniciativa inédita no Sistema Indústria, o hino faz parte da estratégia anunciada pelo presidente da Fieg, Sandro Mabel, no início de seu mandato, em janeiro, de “encantar nossos acionistas” – as indústrias, cuja contribuição banca o funcionamento das instituições e é alvo de ameaça de cortes por parte do governo federal.

“Esse hino foi feito para vocês. Queremos que todos pensem na vida quando cantarem essa música. Queremos vocês apaixonados pela indústria, o melhor lugar para começar uma carreira de sucesso e, para isso, vamos treinar e ajudar vocês a crescer”, disse Sandro Mabel, durante o lançamento oficial, dia 21 de maio, no pátio da Escola Sesi Vila Canaã, em Goiânia.

Presente na solenidade no Sesi Canaã, que reuniu empresários, autoridades, alunos e professores, o presidente em exercício da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Paulo Afonso Ferreira, disse que levará o hino de Goiás para outros Estados. “Vou apresentar na reunião da diretoria da confederação. Essa iniciativa não pode e não deve ficar só em Goiás”, ressaltou. Paulo Afonso afirmou que, no momento em que o País passa por reconstrução, é preciso investir em cultura, economia e preparar os estudantes para a vida. “É claro que temos que atingir muitas pessoas no País, mas esses alunos podem ser indutores.”

Representando o governador Ronaldo Caiado no evento, o secretário estadual de Indústria, Comércio e Serviços, Wilder Moraes, contou um pouco de sua trajetória aos estudantes. “Sou filho de uma costureira e de um taxista e, na idade de vocês, eu morava em Taquaral, no interior de Goiás. Eu sonhava em ser doutor e queria fazer engenharia. Sonhava em vencer na vida.”

Também participaram do lançamento o superintendente do Sesi e diretor regional do Senai, Paulo Vargas; o procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho em Goiás, Tiago Ranieri; o diretor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho Ciência e Tecnologia, Frederico Uchôa; o deputado estadual Charles Bento; o presidente do Conselho Temático de Micro e Pequena Empresa da Fieg, Jaime Canedo; a presidente da Fieg Jovem, Thais dos Santos, e diversos representantes do Sesi e Senai. ◆

Veja aqui o vídeo do lançamento simultâneo nas unidades do Sesi.



CANTE CONOSCO: conheça aqui a letra do hino Hino do Aluno Sesi Senai, de autoria de Sandra Tokarski Persijn, gerente da Ascom Fieg (letra), Arion Souza Pacheco e Fidelis Dias Ferreira Filho (música).



● **Sandro Mabel e Paulo Afonso Ferreira durante o lançamento do hino, que o presidente em exercício da CNI pretende levar para todo o Sistema Indústria**





● Centro de Treinamento Senai-Caoa, com veículos zero km doados pela montadora destinados à utilização didática

SENAI E CAOÁ, PARCEIROS DESDE O PRINCÍPIO

Investimento estimado em mais de R\$ 1,3 milhão, novas instalações da área de mecânica de manutenção automotiva consolidam relação mantida desde a instalação da montadora, em 2007

Andelaide Lima e Dehovan Lima
Fotos: Alex Malheiros

Ao completar 12 anos de parceria estratégica exitosa, mantida desde a instalação da Caoa Montadora em Anápolis, em 2007, a Faculdade Senai Roberto Mange entregou, dia 23 de maio, novas instalações da área de mecânica de manutenção automotiva, ambiente estruturado com novo aporte financeiro do grupo, fabricante das marcas Hyundai e Chery, revendedor da Ford e importador e revendedor da marca Subaru. Estimado em mais de R\$ 1,3 milhão, o investimento inclui a doação de novos veículos e equipamentos pela empresa para capacitação e atualização tecnológica de seus colabora-

dores e da comunidade, visando à formação de futuros profissionais.

Gerente de Produção da Caoa Montadora, Alexandre Begalli ressaltou a importância da parceria com o Senai para qualificação de profissionais. "É com enorme satisfação que a Caoa faz a entrega desses ativos e materiais que serão utilizados na formação de novos profissionais, por meio do curso de mecânica de manutenção automotiva, fundamental para a criação e manutenção de um banco de talentos que possa atender à demanda por mão de obra qualificada pelas empresas de Anápolis e da região. Confiamos na capa-

cidade de gestão do Senai desses ativos, o que certamente poderá contribuir de forma significativa para o fortalecimento das operações da montadora.”

Ao longo da parceria, iniciada com o recrutamento da primeira leva de candidatos às vagas então oferecidas pela indústria em 2007, o Senai é responsável pela formação de toda a mão de obra local contratada pela fábrica e quase 3 mil colaboradores foram treinados em mais de 20 cursos de qualificação e atualização tecnológica.

Historicamente, a relação é marcada pela contratação do funcionário número 1, o ex-aluno do Senai Johnny Corrêa, hoje gerente de Engenharia de Indústria e Processos da montadora.

Acionistas - “Hoje, comemoramos a ampliação de nossa vitoriosa e já histórica parceria e reiteramos que a confiança depositada nos desafia a oferecer sempre os melhores serviços, com a máxima qualidade”, disse o presidente da Fieg, Sandro Mabel, ao entregar as novas instalações. “São resultados como este que nos dão ânimo a lutar e defender o Sistema S, porque nossos recursos vêm exclusivamente de nossos acionistas, como a Caoa, sem nenhum centavo dos cofres públicos, para beneficiar trabalhadores da indústria, com saúde, educação, qualificação profissional e oportunidades de crescimento profissional”, acrescentou.

Também parceiro da Caoa, o Sesi realiza diversos serviços de educação e qualidade de vida para os funcionários, além de fazer a gestão da biblioteca da empresa.

A inauguração das novas instalações na Faculdade Senai contou com presença dos presidentes da Fecomércio, Marcelo Baiocchi, da Fieg Regional Anápolis, Wilson de Oliveira, do Sindirepa, Alyson Nogueira, do Simmea, Robson Braga; do gerente de Manufatura da Caoa Montadora, Durval Pinheiro Júnior; do diretor de Educação e Tecnologia do Sesi/Senai,



● Sandro Mabel, vice-prefeito de Anápolis Márcio Cândido, Wilson Oliveira e Alexandre Begalli, gerente geral de Produção da Caoa, visitam instalações



● Johnny Corrêa, ex-aluno do Senai Anápolis e funcionário número 1 da Caoa, hoje gerente de Engenharia de Indústria e Processos da montadora, ao lado de Paulo Vargas, Sandro Mabel e André Rocha

João Ricardo Santa Rosa; do vice-prefeito de Anápolis, Márcio Cândido; do vice-presidente da Fieg, André Rocha; do diretor regional do Senai, Paulo Vargas, além de gerentes do Sistema Fieg e de jovens aprendizes do Senai que atuam na montadora. ◆

ESFOLIANTE COM DNA SENAI É DE NOVO PREMIADO

Alex Matheiros



● **Henner Santos Menezes, diretor da Facinatus, exhibe o esfoliante de semente de goiaba e o troféu do Prêmio Summit Senai 4.0: inovação**



● **NO MERCADO:** Esfoliante feito com semente de goiaba, desenvolvido pela Facinatus em parceria com o Senai

Depois de ter conquistado, no ano passado, o Prêmio Crea Goiás de Meio Ambiente, o esfoliante natural com semente de goiaba da indústria goiana Facinatus foi um dos destaques do 8º Congresso Brasileiro de Inovação da Indústria, realizado nos dias 10 e 11 de junho, em São Paulo. Produto desenvolvido pela empresa, em parceria com o Instituto Senai de Tecnologia em Alimentos e Bebidas e a Universidade Federal de Goiás, o cosmético do Cerrado ganhou o prêmio Summit Senai 4.0, na categoria inovação, evento paralelo, cuja primeira edição teve mais de 120 indústrias inscritas, das quais 40 selecionadas para concorrer nas quatro categorias – otimização, educação profissional, digitalização e inovação.

A Facinatus foi a única representante goiana na disputa. “Fiquei honrado em ter participado do prêmio, representando a indústria goiana. Tudo isso só foi possível devido ao apoio do Senai e de seu time

de profissionais muito qualificado, que nos deu todo suporte para que pudéssemos viabilizar o produto. O evento é um marco na história de nossa empresa, tive a oportunidade de aprender e compartilhar conhecimento com outros especialistas do Brasil”, comemora o empresário Henner Menezes, diretor da Facinatus.

Já comercializado no mercado, o cosmético, produzido com apoio do Edital de Inovação para a Indústria, alia inovação e sustentabilidade. A idealização envolve cooperação técnica com a UFG, por meio de tese de doutorado de Nathalia Pedroso, que foi também analista de projetos do Instituto Senai de Tecnologia em Alimentos e Bebidas, e teve orientação do Prof. Dr. Edemilson Cardoso da Conceição. A semente da fruta substitui o uso de polímeros, que são mais agressivos à pele e ao meio ambiente.

Promovido pelo Senai Nacional, o prêmio visa consolidar a rede da institui-

ção como maior provedora de soluções tecnológicas para impulsionar o desenvolvimento industrial, a inovação e estimular a competitividade do País. Os melhores cases foram escolhidos por meio de votação online, durante o congresso.

“Inovação mobiliza indústria”, diz Sandro Mabel

Realizado a cada dois anos pela CNI em parceria com o Sebrae, o Congresso Brasileiro de Inovação da Indústria reuniu nesta edição mais de 4 mil participantes e 65 palestrantes de 12 países, em 28 painéis de debates como o Brasil inovador, tendências da inovação e o futuro do trabalho, da alimentação, da saúde e da energia.

“A indústria vive momento especial, diferenciado, com as empresas muito atentas, colocando suas equipes para pensar, todas falando de inovação. É realmente um movimento muito importante. A produção, o País, todo o mundo está avançando em grande velocidade”, disse o presidente da Fieg, que liderou comitiva de Goiás no evento. ♦



● Secretário estadual de Saúde, Ismael Alexandrino, cumprimenta Sandro Mabel: apoio à campanha da Fieg

A INDÚSTRIA QUE TAMBÉM DOA SANGUE

Reforçada pelo Sistema Fieg, campanha Sesi e Senai Doe Sangue, Doe Vida vai percorrer 27 unidades das instituições em Goiás e indústrias. Câmara de Goiânia adere à mobilização

Daniela Ribeiro

Fotos: Alex Malheiros

Em 2014, a estudante Andreza de Lima, de 23 anos, sofreu um grave acidente de carro, ficou em coma durante 18 dias e utilizou 8 das mais de 300 bolsas de sangue arrecadadas na campanha Doe Sangue, Doe Vida. Realizada por 17 anos pelo Sesi Campinas, a ação ganhou força, este ano, com adesão de 27 unidades do Sistema Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), e incorporou as marcas Sesi e Senai no nome.

“Eu sempre achei o projeto muito importante e marquei presença. Porém, estive do outro lado e precisei do sangue. Foi aí que constatei que realmente salva vidas. Graças a Deus e ao sangue que eu recebi, estou aqui hoje para contar essa história. Sempre que posso ajudo e apoio a campanha”, diz Andreza, ex-aluna do Sesi Campinas.

Relançada no dia 3 de maio, a Campanha

“ENQUANTO QUEREM TIRAR NOSSO SANGUE, NÓS ESTAMOS DOANDO NOSSO SANGUE PARA MELHORAR E SALVAR A VIDA DAS PESSOAS”

SANDRO MABEL, presidente da Fieg e dos Conselhos Regionais do Sesi e Senai, sobre a campanha solidária das instituições e a ameaça de corte de recursos por parte do governo federal

Sesi e Senai Doe Sangue, Doe Vida tem o desafio de resolver a falta de sangue em Goiás. No primeiro dia da ação, na Casa da Indústria, sede da Fieg, cerca de 70 bolsas foram coletadas – uma única doação é capaz de salvar até quatro vidas –, o que mostra a importância do engajamento em uma causa nobre. Dados ►

SOLIDARIEDADE

do Ministério da Saúde apontam que 2% da população doa sangue regularmente em Goiás, índice semelhante à do País. Em 2018, foram registradas 22.247 coletas em todo o Estado.

“Nossa missão é fazer uma campanha permanente. Sesi e Senai, juntos, irão mudar a realidade da falta de sangue no Estado de Goiás. Vamos procurar parceria com outros sistemas e com indústrias para resolver esse problema”, disse o presidente da Fieg e dos Conselhos Regionais do Sesi e Senai, Sandro Mabel.

Ele ressaltou que a iniciativa é também uma resposta aos governantes que querem mexer no Sistema S, cujos recursos são alvo de ameaça de corte pelo governo federal. “Enquanto querem tirar nosso sangue, nós estamos doando nosso sangue para melhorar e salvar a vida das pessoas”, afirmou.

Durante o lançamento da campanha, o secretário estadual de Saúde, Ismael Alexandrino, disse que é preciso estimular iniciativas desse tipo no País. “Essa doação atinge a proporcionalidade do que você tem e do que você é capaz. Você não precisa de dinheiro e nem ser um empresário bem-sucedido para doar sangue, você só precisa querer”, afirmou.

Também estiveram presentes o diretor regional do Senai e superintendente do Sesi, Paulo Vargas; os vereadores Andrey Azeredo, Cristina Lopes e Álvaro da Universo; o vice-prefeito de Aparecida de Goiânia, Veter Martins, e diversos representantes do Sesi e do Senai.

Ação inspira vereadores

A Campanha Sesi e Senai Doe Sangue, Doe Vida inspirou o vereador Andrey Azeredo a propor a realização da ação na Câmara de Goiânia, apresentando requerimento para viabilizar a coleta no Legislativo municipal. Aprovada a iniciativa, ainda será definida uma data para que o ônibus do Hemocentro vá à Câmara.

Andrey diz que a ideia surgiu depois



● Andreza de Lima, ex-aluna do Sesi Campinas: de voluntária à usuária da campanha

que participou do lançamento da campanha e também doou sangue. “A Câmara tem centenas de servidores e pode ser um local de apoio e de ampliação dessa campanha com inúmeras doações que podem ajudar quem precisa”, afirmou o vereador. Na ocasião, o coordenador executivo do Hemocentro de Goiás, José Claudio Romero, expôs as necessidades do banco de sangue, invariavelmente com estoque baixo.

Em pouco mais de um mês, esse quadro já foi alterado, como reflexo das ações do Sistema Fieg, tendo o estoque saltado da média de 250 para mil bolsas, segundo Alex Lima, assessor institucional do Idtech, OS que administra o Hemocentro.

“A campanha do Sesi é modelo entre



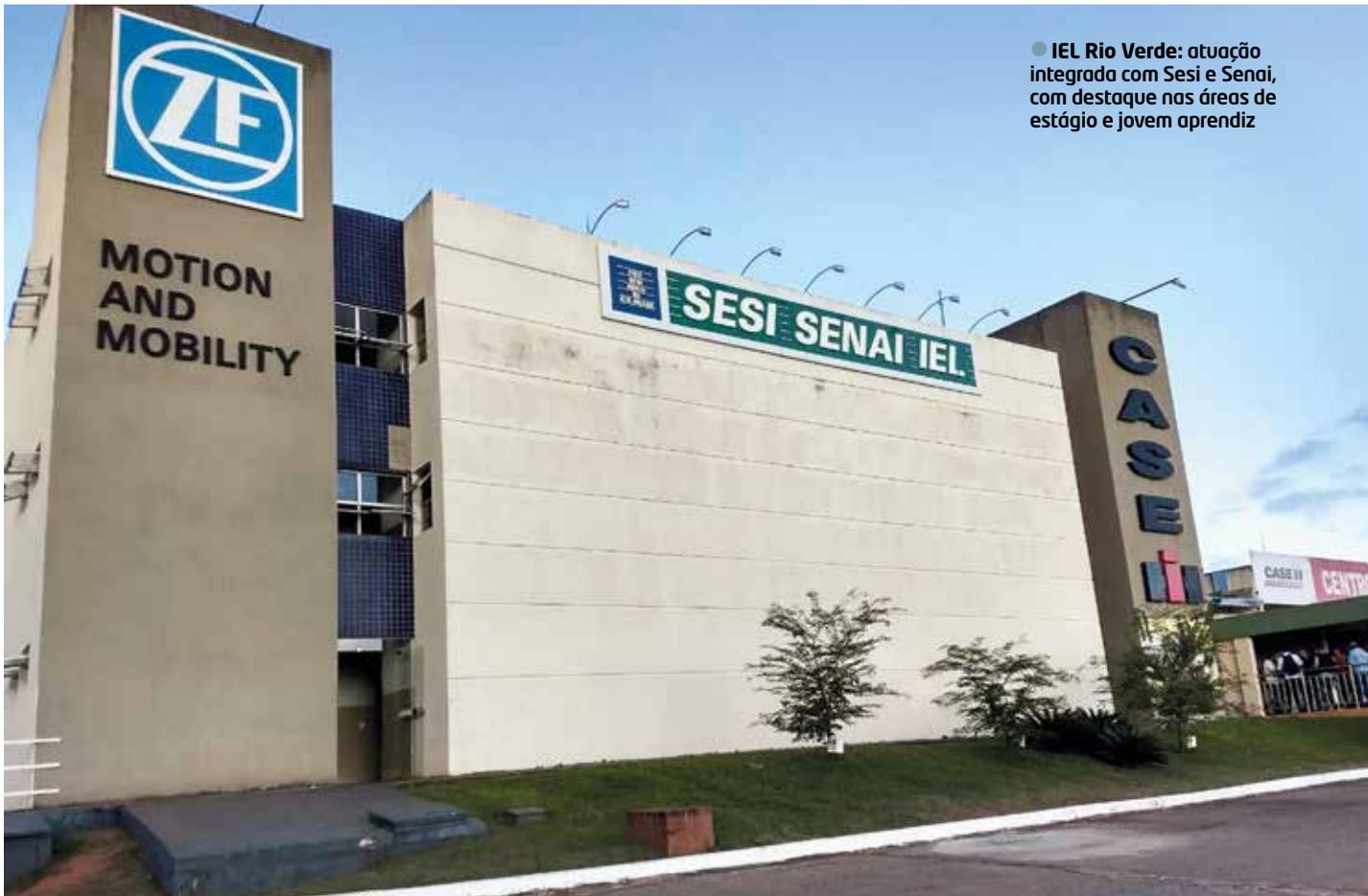
● Andrey Azeredo, vereador: doação na Casa da Indústria e requerimento para levar iniciativa à Câmara de Goiânia

as diversas parcerias do Hemocentro”, ressaltou a assessora técnica Denise Goulart, ao falar no programa *Tarde CBN*, da rádio CBN Goiânia, sobre o Dia D de Doação no Sesi, em 7 de junho.

QUEM PODE DOAR

- ▶ Ter idade entre 16 e 69 anos, desde que a primeira doação tenha sido feita até 60 anos (menores de 18 anos precisam do consentimento formal do responsável legal);
- ▶ Pesar no mínimo 50 kg;
- ▶ Estar alimentado. Evite alimentos gordurosos nas três horas que antecedem a doação; caso seja após o almoço, aguardar duas horas;
- ▶ Ter dormido pelo menos 6 horas nas últimas 24 horas;
- ▶ Apresentar documento de identificação com fotografia, emitido por órgão oficial (Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação, Carteira de Trabalho, passaporte, Registro Nacional de Estrangeiro, Certificado de Reservista ou Carteira Profissional emitida por classe).
- ▶ A frequência máxima é de quatro doações anuais para o homem e de três para a mulher. O intervalo mínimo deve ser de dois meses para homens e de três meses para mulheres. ◆

ESTÁGIO AJUDA A FIXAR ESTUDANTE NO INTERIOR



● IEL Rio Verde: atuação integrada com Sesi e Senai, com destaque nas áreas de estágio e jovem aprendiz

IEL Goiás chega a 49 anos com alta capilaridade, levando produtos e serviços que contribuem para o desenvolvimento de mais de 120 municípios goianos

Sérgio Lessa
Fotos: Alex Malheiros

Goiás tem um território de aproximadamente 340 mil km², praticamente do tamanho da Alemanha, com cerca de 7 milhões de habitantes distribuídos em 246 municípios. O IEL Goiás, que em 2020 completa 50 anos, comemora seu jubileu de ouro chegando a mais da metade desses municípios, impactando direta e indiretamente grande parte da população goiana.

“As unidades do interior interagem muito com a comunidade. Os gerentes estão sempre presentes nos eventos e no dia a dia das cidades. Eles são um agente de soluções para atender às demandas do município, tanto das

empresas, quanto da comunidade local. O IEL Goiás é muito reconhecido e respeitado pelas ações que faz nas cidades do interior goiano”, afirma Humberto Oliveira, superintendente do IEL Goiás.

O estágio é o carro-chefe do IEL, que já colocou cerca de 350 mil estudantes em campo de trabalho em seus 49 anos de existência em Goiás. Mais de 3,5 mil empresas possuem estagiários com sua intermediação, oriundos de cerca de 800 instituições de ensino.

Até há alguns anos, um aluno ou profissional do interior goiano que buscasse qualificação, especialização ou até mesmo ►



● **Humberto Oliveira, superintendente do IEL Goiás: agente de soluções para atender às demandas do município, tanto das empresas, quanto da comunidade**

graduação teria de ir à capital. À medida em que grandes e médias empresas foram se instalando no interior, o número de pequenas empresas e de instituições de ensino também cresceram. Com a atuação direta do IEL, sempre próximo à comunidade local, a integração entre esses setores foi facilitada, contribuindo para o desenvolvimento dos municípios.

“Nos últimos 20 anos, o processo foi se descentralizando. As indústrias foram avançando pelo interior e, com isso, também foram avançando as instituições de ensino e nossas unidades, que oferecem diferenciais competitivos para levar oportunidades aos jovens e às empresas. Atualmente, o estudante e o profissional do interior têm oportunidades semelhantes àquelas da capital”, diz Cleider Fonseca, gerente de mercado do IEL Goiás. “As prefeituras e o Estado também vêm criando formas de fixar as pessoas em seus municípios, contribuindo para a criação de vagas de estágio, aprendizado, demandando consultorias e outros produtos que oferecemos”, salienta.

ESTÁGIO

Em 2019, desde janeiro, mais de 10 mil vagas de estágio já foram preenchidas pelo IEL Goiás, cuja meta é chegar a 22 mil até



● **Juliezer Sousa, gerente da unidade do IEL Rio Verde: crescimento de 350% no número de encaminhamento para estágio entre 2012 e 2018**

o fim do ano. As cidades do interior são responsáveis por quase metade desse contingente. No ano passado, 20.337 alunos foram encaminhados ao estágio pelo IEL Goiás, sendo que 40% foram distribuídos fora da Região Metropolitana de Goiânia – formada por 20 municípios.

O destaque fica por conta de Luziânia, que compõe a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride) com mais 19 municípios.

Somados com outros municípios goianos, mineiros e o Distrito Federal que compõem a região, a área ocupada é de 94.570,39 Km² – faixa pouco maior que a Hungria –, abrangendo uma população de aproximadamente 4,5 milhões de habitantes, ou pouco menos que a Nova Zelândia.

“Temos obtido resultados importantes com os produtos do IEL Goiás, principalmente o Programa de Estágio. É reflexo de uma proposta de aplicação rápida e eficiente com empresas e o poder público, criando oportunidades de atender às demandas urgentes de recursos humanos. As prefeituras propõem número expressivo de vagas de estágio em todas as áreas profissionais. Com o intuito de participar da construção de uma região melhor, confirmamos nossa

disposição de apresentar nossos produtos. Nossa perspectiva é de crescimento ainda maior neste ano, inclusive já estamos em trâmites finais para fechar contrato com mais três prefeituras”, revela Gabriela Borges, Maciel Borges, gerente da unidade Luziânia do IEL Goiás.

Em Rio Verde, no Sudoeste goiano, a atuação do IEL também é expressiva nas áreas de estágio e jovem aprendiz. Quarta cidade mais populosa do Estado, com mais de 200 mil habitantes, Rio Verde tem um setor produtivo bastante relevante, gerando grandes demandas para a região.

A unidade local do IEL foi a primeira do interior a realizar uma edição do IEL em Ação, movimentando mais de cem vagas de estágio e cadastros de aprendiz, em março deste ano. “Aqui em Rio Verde, o número de jovens encaminhados para estágio cresceu quase 350%, entre 2012 e 2018. Em 2018, tivemos o maior número de estagiários encaminhados e contratados da história de nossa unidade. A tendência é de que, no decorrer de 2019, esse número seja maior ainda”, comemora Juliezer Sousa, gerente da unidade Rio Verde do IEL Goiás.

Em Catalão, Região Sudeste, a uni-



● **IEL em Ação Rio Verde, primeiro realizado fora da capital: mais de cem vagas de estágio**

dade local fechou 2018 com quase 1 mil contratos de estágio efetivados, somando outros 600 apenas nos cinco primeiros meses de 2019. “Creio que em nossa região impactamos cerca de 1 mil pessoas diretamente e outras 3 mil indiretamente. Nossas perspectivas para este ano são as melhores. Buscamos a colocação de 1,1 novos estagiários e uma expansão do nosso programa de jovem aprendiz. Vamos também garantir a sustentabilidade da unidade atuando em todas suas atividades estratégicas, priorizando o atendimento à indústria”, projetou Maciel Borges, gerente da unidade Catalão do IEL Goiás.

Em Itumbiara, onde o IEL também tem unidade, a parceria é destacada pela Caramuru Alimentos, principal grupo brasileiro no processamento de soja, milho, girassol e canola. Instalada na cidade do Sul do Estado, a indústria se valeu dos produtos do Instituto na sua consolidação em seus 35 anos de história.

“A parceria com o IEL Goiás tem sido fundamental ao processo de qualificação de colaboradores. O Instituto seleciona e fornece estagiários com potencial de desenvolvimento. O Programa de Desenvol-



● **Maciel Borges, gerente do IEL Catalão: sustentabilidade da unidade e prioridade à indústria**

vimento de Fornecedores foi lançado pelo IEL em Itumbiara e a Caramuru teve forte interação. Esse programa desenvolveu e qualificou nossos fornecedores”, afirma Alberto Borges, sócio acionista e presidente do Conselho de Administração da Caramuru.

Jovem Aprendiz, programa de destaque

Além do estágio e de outros produtos do IEL Goiás ligados à inovação e ao desenvolvimento empresarial, a área em que



“**A parceria com o IEL Goiás tem sido fundamental ao processo de qualificação de colaboradores. O Instituto seleciona e fornece estagiários com potencial de desenvolvimento.**”

ALBERTO BORGES, sócio acionista e presidente do Conselho de Administração da Caramuru

as unidades do interior goiano se destacam é a de Jovem Aprendiz, desenvolvida em parceria com o Senai Goiás. Em 2018, do total de colocações de aprendizes feitas pelo IEL, 49% foram no interior. Em 2019, o número já subiu para 70%.

Em 2018, 56% dos aprendizes encami- ▶

nhados pelo IEL Goiás estavam em campo no interior e a média mantém-se em 2019. Desse percentual, Anápolis é responsável por 59% dos jovens inseridos.

“O IEL, em parceria com o Senai, é pioneiro no programa Jovem Aprendiz em Anápolis. Em maio, completamos 40 anos de atuação de relevância na região de Anápolis. Temos indicadores expressivos não só na área de aprendiz, mas também de estágio, de consultoria e do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores (PDF Goiás). O IEL é referência nessas áreas de trabalho junto ao setor produtivo”, comemora Fernando Nunes, gerente da unidade Anápolis do IEL Goiás. “As perspectivas para os próximos anos são ainda melhores. O segmento industrial vem crescendo muito aqui e temos contribuído bastante para que esse desenvolvimento acompanhe a inovação das empresas”, completa.

O empresário Wilson de Oliveira, diretor do grupo Rancheiro e também presidente da Fieg Regional Anápolis, reconhece a importância da parceria com o IEL. “Nenhum empresário constrói uma empresa de sucesso. Ele monta uma equipe de colaboradores que vai construir uma empresa de sucesso. Portanto, é muito importante para as empresas e para os empresários terem seus colaboradores bem treinados e capacitados. Aí entra o IEL, um parceiro preferencial das empresas, que leva o estagiário, o jovem aprendiz e capacita os colaboradores que levarão essas empresas ao sucesso.”

Força no Prêmio IEL de Estágio

O equilíbrio verificado entre capital e interior no 15º Prêmio IEL de Estágio, encerrado dia 28 de maio, evidencia a capilaridade do instituto em várias cidades do Estado, de onde saíram 8 dos 17 finalistas nas diversas categorias.



● Sandro Mabel entrega prêmio a Vânia de Souza e Dario Queija, da Faculdade Senai Ítalo Bologna, na categoria Instituição de Ensino Destaque

Rio Verde estreou no pódio com a estudante do 3º ano do ensino médio Letícia Melo Sousa, que atua na Unidade Integrada Sesi Senai, 3º lugar na categoria Estagiário Destaque Sistema Fieg, com Flávio Augusto Glapinski Zacca, da Faculdade Senai Ítalo Bologna (Engenharia de Controle e Automação), em 1º, Alessandra Timóteo Cardoso, do curso de Química do IFG, estagiária na Escola Senai Itumbiara, em 2º.

“O IEL tem papel fundamental ao atuar fortemente como elo entre o aluno e o mercado de trabalho, auxiliando no processo de identificação de oportunidades”, afirma Cristiane Teixeira da Silva, gerente do IEL Itumbiara.

Valparaíso de Goiás chegou à sua 3ª participação, com o 2º lugar na categoria Estagiário Destaque Nível Superior da estudante de Direito Maria Jucimeire Guimarães, da Faculdade Fortium, do Gama (DF), que estagia no Centro Judiciário de Solução de Conflitos, pela prefeitura, campeã na categoria Órgão Público.

“Ter nossa prática de estágio reconhecida assim é um orgulho muito grande para nossa cidade e um enorme incentivo para todos nós”, avalia Roseni Gomes da Silva, diretora da Divisão de Estágio da Prefeitura de Valparaíso.

Anápolis fechou o pódio, em 3º lugar, na categoria Estagiário Destaque Nível Superior, com Alexandre Moreti Cruz de Assis, aluno do curso de Engenharia de Alimentos da UFG, que estagia no Café Rancheiro.

“O Prêmio IEL, com presença cada vez maior do interior, valoriza o estagiário e as práticas de estágio das empresas e instituições de ensino em todo o Estado. Nas nossas escolas, formamos os alunos para que, a partir do 3º ano do ensino médio, estejam preparados para estagiar nas empresas e fiquem prontos para o mercado. Escola e mais experiência de mercado criam um bom profissional. Isso é que queremos devolver aos nossos acionistas (empresas e indústrias)”, disse o presidente da Fieg, Sandro Mabel. ♦

NEO QUÍMICA LANÇA ACELERADORA PIONEIRA NO SETOR DE SAÚDE

Ao completar, em 2019, 60 anos de sua fundação, consolidada como marca líder nas categorias de genéricos e similares em que está presente, a Neo Química, com a estrutura de pesquisa e desenvolvimento da divisão Farma da Hypermarcas, em Anápolis, anuncia a Neo Acelera. É a primeira aceleradora de saúde do País com foco em inovação social e direcionada aos desafios da atenção primária. Com apoio da Yunus Negócios Sociais, a iniciativa visa acelerar negócios de impacto que contribuam para o avanço do empreendedorismo de saúde e gerem benefícios para as comunidades em que atuam.

“Temos a missão de levar a saúde a todos os brasileiros. A empatia está no centro da estratégia da marca. Precisamos fazer mais do que produzir e distribuir ótimos medicamentos”, afirma Jurema Aguiar, diretora de Marketing e Inovação da Neo Química. Os produtos da Neo Química estão presentes em mais de 80 mil pontos de venda, cobrindo 96% do território nacional e estabelecendo relações potentes com a sua grande rede de clientes, profissionais das farmácias de todo o Brasil e a sua rede de distribuidores.

“Queremos provocar um movimento, por meio da aceleração de negócios sociais, que favoreça o avanço da atenção primária à saúde no País. Esperamos que essa iniciativa se multiplique na rede de saúde como um todo, buscando soluções em conjunto e provocando um impacto social positivo”.

Serão até oito negócios sociais que atuem com os desafios do setor, segundo

Alessandro Couto



quatro critérios: potencial de impacto socioambiental; alcance ou previsão de sustentabilidade financeira; qualificação de equipe de empreendedores responsável; e potencial de escalabilidade ou replicabilidade da solução.

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO

A Neo Acelera foi desenvolvida em parceria com a Yunus Corporate Social Innovation, unidade da Yunus Negócios Sociais, referência mundial no apoio e desenvolvimento de negócios com foco em impacto social e ambiental.

A atenção primária à saúde é uma das dez prioridades da Organização Mundial de Saúde para 2019. Trata-se do contato inicial dos cidadãos com o sistema de saúde, seja público ou privado, e abrange cuidados integrados, acessíveis e baseados

● No Daia, em Anápolis, Centro de Distribuição da Hypera Pharma, que tem a Neo Química como marca líder para os mercados de similares e genéricos

na comunidade. Inclui, por exemplo, educação e promoção da saúde e de hábitos saudáveis, prevenção de doenças, acessibilidade a tratamentos, acesso a exames e medicamentos e gestão de recursos e insumos, entre outros fatores.

Os negócios selecionados passarão por um programa de três meses de aceleração, que conta com encontros presenciais, de capacitação do empreendedor e do seu negócio, mentorias de experts do mercado e acompanhamento semanal da equipe da Yunus Negócios Sociais. Os empreendimentos poderão receber um investimento de R\$ 150 mil para desenvolver e aumentar o impacto do negócio. ◆

Fotos: Alex Malheiros



● **BOLA DENTRO** - No Festival do Trabalhador da Indústria, ponto alto da comemoração do Dia do Trabalho (1º de maio), no Sesi Clube Ferreira Pacheco, o presidente da Fieg, Sandro Mabel, comemora arremesso certo, em uma das muitas atividades esportivas e recreativas da programação de lazer, que incluiu um concurso de churrasco, mostrado ao vivo pela TV Anhanguera.

● **LIÇÕES DE EMPREENDEDORISMO** - Fundador da Indústria Mabel e pai do presidente da Fieg, Sandro Mabel, o empresário Nestore Scodro autografa o livro dele, **O Bom e Velho Jeito de Empreender**, tema de bate-papo com alunos do Sesi e Senai Vila Canaã, em maio. No encontro, ele falou de sua trajetória de sucesso, respondeu a perguntas dos estudantes e doou exemplares para a biblioteca das escolas.



● **ÀS MÃES** - Convidado especial de almoço oferecido às mães, organizado pela AESFIEG, na Casa da Indústria, Gleison Filho encantou as colaboradoras participantes com sua música. O presidente da Fieg, Sandro Mabel (na foto, com a secretária Suzana Borges), participou da homenagem.



● **MOLETOM** - Hit desse inverno e também versátil, podendo ser associada a peças mais leves durante o calor, o moletom é uma das apostas da nova coleção da Jean Darrot, assinada por Lorena Darrot (foto), responsável pela direção de estilo da grife goiana. Criada em 1984, em Trindade, pelo casal Jânio e Dairdes Darrot, a marca que passeia do jeans à malharia comemora mais de 20 pontos de venda em várias cidades do Estado.

● **INCLUSÃO** - O presidente da Fieg, Sandro Mabel, recebe Aldenor Carneiro dos Santos, presidente da Associação dos Deficientes Visuais de Goiás (Advég), Patrícia Oliveira e Carmem Patrícia Viana, respectivamente, coordenadora e secretária executiva do Fimtpoder (Fórum Goiano de Inclusão no Mercado de Trabalho das Pessoas com Deficiência e dos Reabilitados pelo INSS). Na pauta, a empregabilidade de pessoas com deficiência visual. Com sede na federação, o colegiado é responsável por discussão, deliberação e encaminhamento de reivindicações, providências e medidas destinadas a promover inclusão no mercado de trabalho. O IEL Goiás, cujo superintendente Humberto Oliveira, também participou do encontro, ficou responsável por articular com formas de empregar pessoas com deficiência visual.



Luciana Anacim

● **ECOTIJOLO** - A obra de revitalização da Rua do Lazer, em Pirenópolis, chama atenção pelos detalhes de tijolos diferenciados. Os ecotijolos são fabricados na Ecoarte, indústria do empresário Ronaldo da Costa e Silva, aberta em 2012 na cidade histórica, na beira do Rio das Almas. "Cresci apostando em sustentabilidade antes dessa palavra virar modismo e sempre acreditei na potencialidade da nossa região", destaca. Além da fábrica e das suas obras, o empresário, mais conhecido por Teo, ainda arruma tempo para dedicar-se ao hobby do motocross e, juntamente com outros 30 adeptos, acaba de fundar a associação Piricross.



Gabriela Tavares

● **TECNOLOGIA PARA INDÚSTRIA 4.0** - A Sinko Engenharia tem revolucionado empresas locais com seus sistemas e equipamentos para a Indústria 4.0, automação, engenharia contra incêndio, gestão de energia elétrica e adequação à norma de segurança do trabalho NR12. Os multimídios de energia e softwares de última geração são alguns dos destaques da empresa goiana, que comemora 10 anos de atuação com vários eventos. Um deles foi a palestra sobre Atualizações de Tópicos da NR12 e sua Base Normativa, ministrada em abril, no Hotel Intercity, em Anápolis. O trabalho da Sinko ostenta o selo de certificação mundial Alliance System Integrator, da multinacional Schneider Electric, que oferece aqui as mesmas soluções globais apresentadas em todo mundo na atualidade.



Valdemy Teixeira



● **MENÇÃO HONROSA** - O empresário Guilherme de Rezende Pinheiro, da Elmo Engenharia, recebeu menção honrosa da Prefeitura de Goiânia, no Oliveira's Place. A indústria goiana foi homenageada com a menção honrosa Empresa Amiga da Cidade de Goiânia, pela atuação na implantação do Parque Macambira Anicuns e por estar entre as dez mais da construção civil que contribuíram com Imposto sobre Serviços (ISS) no ano passado. "Desde 1978, quando fundamos a empresa, nossa filosofia foi a busca contínua pela eficiência de serviços prestados e respeito à comunidade e ao meio ambiente", afirma Guilherme Pinheiro.

● **Engenheiro Leonardo Gadia, um dos quatro sócios da Sinko Engenharia, demonstra em tablet a ferramenta de realidade aumentada, durante evento realizado em Anápolis**



FOMENTO A CADEIAS PRODUTIVAS

Upgrade no time do agronegócio

Dehovan Lima

● Leandro Stival, André Rocha, Célio Eustáquio, Alfredo Luiz Correa, Marduk Duarte, Alberto Borges de Souza, José Mauro de Oliveira: o novo time do agronegócio da Fieg

Um dos mais antigos e importantes fóruns de discussão da Fieg, criado em 2003, o Conselho Temático de Agronegócios faz, na gestão do presidente da federação, Sandro Mabel, um upgrade, ao incorporar estrutura mais abrangente das cadeias produtivas (grãos, carnes, leite, sucroenergético e silvicultura), visando ao fortalecimento de um dos segmentos considerados estratégicos, sobretudo pela vocação econômica de Goiás e pelo potencial de desenvolvimento.

Não por acaso, o agronegócio, que se destaca no cenário nacional sendo importante gerador de divisas para o Estado por meio de suas exportações, especialmente

dos complexos soja e carne, além de sua importância dessa atividade para a geração de emprego formal, abrange um dos três eixos estratégicos para a Fieg, ao lado da mineração e do segmento da moda: a luta pela industrialização de grãos (soja e milho) em Goiás, revertendo a “farra das tradings” existente hoje, tema de reportagem de capa da edição anterior da **Goiás Industrial**.

Empossado oficialmente na última reunião de diretoria da Fieg, dia 20 de maio, na Casa da Indústria, o presidente do Conselho de Agronegócios, Alfredo Luiz Correa, disse que os principais desafios do setor são relacionados a tributos, inovação e comercialização. “O agronegócio é composto por cinco

segmentos: carne, leite, sucroenergético, silvicultura e grãos. Nós já solicitamos para que cada membro e diretor nos tragam as pendências, projetos para que possamos traçar os planos deste novo conselho”, acrescentou.

Ao lado dele, assumiu na vice-presidência do conselho temático Marduk Duarte e os conselheiros Alberto Borges de Souza, do Grupo Caramuru, representando o setor de grãos; José Mauro de Oliveira (Sifaeg/Sifaçúcar), do segmento sucroenergético; Joaquim Guilherme Barbosa da Silva (leite) e Leandro Luiz Stival Ferreira, presidente do Sindicarne. ♦

Cenário bom para as relações do trabalho

Debate aborda panorama pós-modernização da legislação trabalhista em reunião que marcou a posse da gestão 2019-2022 do CTRT-Fieg

Tatiana Reis

A queda do número de reclamações trabalhistas na comparação dos anos 2017 e 2018 e o aumento do diálogo entre as partes, o que contribuiu com a redução da judicialização, foram apontados como efeitos positivos da Reforma Trabalhista pela gerente executiva da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Sylvia Lorena de Sousa, em palestra dia 16 de maio, na Casa da Indústria. Na posse dos novos integrantes do

Conselho Temático de Relações do Trabalho (CTRT-Fieg), comandado pelo empresário Marley Rocha, ela falou a empresários goianos sobre o atual cenário das relações de trabalho e os desafios pós-modernização da legislação trabalhista, que entrou em vigor em novembro de 2017.

Segundo a especialista, enquanto a Justiça recebeu quase 1 milhão de processos a menos, houve um incremento de 1.804% em acordos extrajudiciais.

“A queda é natural e demonstra a preocupação dos advogados em entender melhor a nova legislação. A tendência agora é de estabilização desses números”, observou a gerente da CNI. Para ela, o atual cenário também reforça o incentivo ao diálogo e à resolução de conflitos de forma consensual.

Novo presidente do Conselho Temático de Relações do Trabalho (CTRT/Fieg), o em-

presário Marley Antônio da Rocha reforçou que a Reforma Trabalhista não veio para tirar direitos dos trabalhadores, mas para abrir espaço a uma relação mais saudável e harmônica. “Tínhamos uma legislação que estimulava o conflito entre as partes e que minava a competitividade do setor produtivo”, destacou.

Advogado e especialista em Relações do Trabalho, Rafael Lara Martins participou do debate e destacou que Goiás é um dos Estados que estão validando quase integralmente as rescisões por acordo. “O curioso é que observamos que a queda do número de processos trabalhistas no Estado não é devido às mudanças processuais, mas sobretudo por uma maior disposição ao diálogo”, afirmou. ♦

Tatiana Reis



● Sylvia Lorena, da CNI, participa de debate durante a posse de Marley Rocha e Eduardo Cunha Zuppani, presidente e vice do CTRT-Fieg



CÂMARA DA MODA DA FIEG

É moda! É Goiás Fashion 4.0!

Luciana Amorim e Dehovan Lima

Fotos: Alex Malheiros e Tatiana Reis

● Sallo Confeção, em Aparecida de Goiânia, parceira do Senai em diversas ações de qualificação profissional

Segundo maior polo econômico de indústrias e confecções de vestuário do País, Goiás tem grande potencial de desenvolvimento das diversas cadeias produtivas, com foco na modernização via Indústria 4.0

Criada no âmbito da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) para fomentar o desenvolvimento das cadeias produtivas que compõem o segmento “fashion” goiano, a Câmara Setorial da Moda abarca a indústria têxtil e de roupas, sapatos e couros, bolsas e cintos, joias e semijoias e a indústria de higiene pessoal e beleza (cosméticos, perfumes, etc.).

Um dos três eixos estratégicos para a Fieg, ao lado da mineração e da industrialização de grãos em Goiás, o segmento passa a contar com a conjugação de esforços, mobilizados pela nova câmara setorial, de todo o Sistema S, de Sindicatos da Indústria,

do Sebrae e governo estadual para discutir, planejar e criar diretrizes voltadas ao seu desenvolvimento.

Goiás é atualmente o segundo Estado com maior movimentação econômica de indústrias e confecções de vestuário. É esse potencial o alvo das ações que serão coordenadas pela Câmara da Moda, segundo destacou o presidente, o empresário José Divino Arruda, que também comanda o Sindicato das Indústrias do Vestuário do Estado de Goiás (Sininvest), ao ser empossado, na última reunião de diretoria da Fieg, dia 20 de maio, na Casa da Indústria.

Ao seu lado, também assumiram, como vice, o empresário Edilson Borges, presidente do Sindicato das Indústrias de Confeção de Roupas em Geral em Goiânia (Sinroupas); Elvis Roberson Pinto, do Sindicato da Indústria de Calçados do Estado de Goiás (Sindicalce); Jair Rizzi, do Sindicato das Indústrias do

Vestuário de Anápolis (Siva); Jairo Gomes, da Associação Empresarial da Região 44; e Jair José Alcântara, do Sindicato das Indústrias Químicas no Estado de Goiás (Sindquímica).

QUÍMICA? POR QUE QUÍMICA?

À primeira vista, pode parecer estranho a indústria química integrar a cadeia produtiva da moda. Só que não! Afinal, a indústria de higiene pessoal e beleza, com cosméticos, perfumes e outros, é o quê, senão moda?

Especificamente, observou José Divino Arruda, a cadeia produtiva do vestuário evoluiu bastante, pulverizou-se muito nos municípios e ficou impossível detectar todas as necessidades. “O setor de moda cresceu por necessidade, em meio a dificuldades, quase sem apoio do poder público.” Para o empresário, agora cada segmento terá como trazer para discussão na Câmara as demandas, as pautas e com isso fortalecer o seg-

mento num todo. A oficialização da criação do fórum já havia reunido duas semanas antes, na Casa da Indústria, lideranças do Sistema Fecomércio, de sindicatos da indústria, do Sebrae, do Senai e da Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços.

Atualmente, são gerados 150 mil postos de trabalho diretos em toda a cadeia de negócios, que envolve funcionários das lojas e da indústria de confecção. O presidente do Sinroupas, Edilson Borges de Sousa, destacou a amplitude e complexidade do segmento da confecção, que passa por atacados de aviamentos e acessórios, maquinários, lavanderias industriais, acabamentos e trabalhos artesanais em roupas.

Os municípios polos da moda são Jaraguá, Goianésia, Taquaral, Trindade, Catalão, Jataí e Pontalina. Atualmente, 80% dos estabelecimentos de fabricação de produtos têxteis, confecção de artigos do vestuário e acessórios, preparação de couros e fabricação de artefatos de couro estão localizados, por ordem de potencial, em Goiânia, Jaraguá, Aparecida de Goiânia, Anápolis, Inhumas, Trindade, Sanclerlândia, Itapuranga, Taquaral de Goiás, Catalão, Itumbiara, Pontalina e Caldas Novas.

A estratégia para fomentar o segmento "fashion" em Goiás, segundo José Divino Arruda, passa por incentivos quanto à qualificação e modernização dos parques industriais com maquinários eletrônicos de última geração e conhecimentos da Indústria 4.0, desenvolvimento do design por meio de universidades e do Sistemas S, além da busca de parcerias com poder público nas esferas municipal e estadual e área de turismo. O empresário considera imprescindível desenvolver um planejamento estratégico de atendimento e melhorias em infraestrutura e mobilidade para o turismo de negócios da Região da Rua 44, considerado um dos principais pontos de venda e distribuição do País, e aumentar a produção e qualificação nos polos já existentes e criar novos em outros municípios.

"O objetivo da Câmara da Moda é reunir lideranças. Goiás é o segundo Estado com



maior movimentação econômica de indústrias e confecções de vestuário", destacou o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), Sandro Mabel. Segundo ele, os setores do vestuário, confecção, calçados, acessórios e químicos precisam se unir e lutar por incentivos para amparar os industriais e trabalhadores desse importante segmento.

Região da 44 – Também integrante da Câmara da Moda, o presidente da Associação Empresarial da Região 44, Jairo Gomes, acredita que o fórum criado pela Fieg vai fazer com que o empresariado esteja mais próximo um do outro. "É extremamente salutar que a direção da Fieg tenha promovido a criação de uma Câmara da Moda, unindo todo o setor produtivo do Estado", disse.

Especificamente sobre a Região da 44, o secretário de Indústria, Comércio e Serviços, Wilder Moraes, destacou, durante a reunião de criação da Câmara da Moda, a necessidade da realização de estudos, para que seja possível definir o perfil de quem trabalha naquele polo. "Vamos fazer estudos de outros segmentos que deram certo e implantar aqui. Precisamos conhecer cada um que faz uso da Rua 44. Saber como vivem aqueles

● **Reunião na Casa da Indústria selou a criação da Câmara da Moda, com presença do secretário de Indústria, Comércio e Serviços, Wilder Moraes, presidente do Sistema Fecomércio/Sesc/Senac, Marcelo Baiocchi, de sindicatos da indústria, do Sebrae e do Senai**

que saem com dinheiro no bolso e pagam à vista e também aqueles que não têm lugar para ficar. Um case de sucesso é a cidade de Taquaral, que começou com confecções em casa e hoje é o polo do lingerie", disse.

Goiás Fashion Business – Entre as muitas ações do Sistema Fieg voltadas para potencializar a cadeia produtiva da moda em Goiás, o Senai, que tem expertise em formação profissional e assessoria técnica na área, uniu-se ao Sebrae e Senac para realizar o Goiás Fashion Business. A iniciativa visa qualificar empresários e profissionais da área por meio de encontros, workshops, oficinas e cursos promovidos pelas instituições parceiras. A programação será desenvolvida durante todo o ano e é direcionada para os setores têxtil e confecção, joias e acessórios, couro e calçados, cosmetologia e perfumaria. Mais informações no site www.senaigo.com.br ♦



NEGÓCIOS INTERNACIONAIS

A aposta francesa

Grupos como Engie, da área de energia, Vicat, do setor de cimento, Sanofi, de produção de medicamentos, buscam informações e demonstram interesse no Estado

Axpectativa não poderia mais positiva, na descrição do presidente da Fieg, Sandro Mabel, que participou no início de junho, em Paris, do 6º Fórum Econômico Brasil-França, realizado com apoio da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Medef Internacional, rede mundial criada para promover interesses de empresas francesas em países emergentes e mercados em desenvolvimento. “Esperamos retorno bastante importante para Goiás e já começamos a registrar demonstrações de grupos franceses, inclusive de empresas que ainda não estão no Estado”, afirmou ele, ao fazer balanço do evento e dos primeiros desdobramentos registrados ainda em junho, na sequência do fórum.

O evento foi dedicado à discussão de oportunidades de investimento entre os dois países e de políticas de aproximação e maior

intercâmbio bilateral, registrando-se a participação de mais de 200 pessoas, incluindo presidentes de multinacionais francesas, empresários do setor financeiro, empresas de tecnologia e escritórios de advocacia representando interesses de investidores potenciais, além de empresas brasileiras e autoridades francesas e brasileiras.

O presidente da Fieg apontou a possibilidade de investimentos nos setores farmacêutico, especialmente no polo farmoquímico de Anápolis, de biocombustíveis, na produção de etanol de milho, infraestrutura (rodovias e saneamento) e mineração, entre outros. “O resultado é muito positivo para o Estado de Goiás. Os franceses demonstraram muito interesse, além de biocombustíveis, em energias renováveis, na área de alimentação, em processamento de grãos. Então, eu acredito em bons resultados para o Estado de Goiás”, resumiu.

Sandro Mabel relacionou, entre outros, o interesse da Engie, grupo franco-francês que explora, em Goiás, a usina de Canabrava, em Cavalcante, e comprou recentemente a Transportadora Associada de Gás (TAG), da Petrobras, por R\$ 33,5 bilhões, em investir no setor de energias renováveis, possivelmente

● Sandro Mabel fala 6º Fórum Econômico Brasil-França, em Paris, e apresenta resultados em coletiva à imprensa, na Casa da Indústria: interesse de investimentos em Goiás por parte de empresas francesas

na exploração de biocombustíveis. Da mesma forma, a cimenteira francesa Vicat, que assumiu 65% do capital da Cimento Ciplan, da família Atalla, com planta em Sobradinho (DF), estaria interessada em expandir sua operação no País, possivelmente com investimentos em jazidas de calcário próximas à Ferrovia Norte-Sul. O grupo Sanofi, também de origem francesa e um dos maiores laboratórios de medicamentos do mundo, acionou seus representantes legais no Brasil em busca de informações mais detalhadas sobre o polo farmacêutico de Anápolis.

Durante o fórum, Sandro Mabel fez apresentação sobre as potencialidades do Estado no painel Oportunidades de Parceria nos Estados Brasileiros: com Foco numa Abordagem Territorial, que teve participação também dos presidentes das Federações das Indústrias de Santa Catarina, Mário César de Aguiar, e de Mato Grosso, Gustavo de Oliveira. “As apresentações dos três Estados despertaram nitidamente interesse de grandes grupos, notadamente em função da política de incentivos fiscais e da infraestrutura de Goiás”, destacou ele. ♦

SINVEST

CIRCUITO DA MODA - O Sinvest e a Fieg, por meio de seu Centro Internacional de Negócios (CIN), em parceria com o Sebrae, organizam a missão Circuito Moda Paris, entre 4 e 11 de setembro, na capital francesa. A missão comercial inclui participação na feira Who's Next, principal mostra internacional de moda feminina na Europa, e contará com visitas técnicas a indústrias.

SIGEGO

GESTÃO E TECNOLOGIA - Numa parceria entre Associação Nacional das Indústrias Gráficas e da Comunicação (Andigraf), Sigego, Bremem Sistemas e Xerox, foi realizada série de palestras sobre sistemas de gestão e soluções tecnológicas para o setor, na sede do sindicato.

SINDUSCON ANÁPOLIS

ENCONTRO NACIONAL - O Sinduscon Anápolis participou, entre 15 a 17 de maio, da 91ª edição do Encontro Nacional das Indústrias da Construção (Enic), no Rio de Janeiro. O evento, promovido pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), teve programação ampla e a participação de empresários e líderes do setor de todo o País, entre eles o presidente do Sinduscon Anápolis, Anastácios Apostolos Dagios, além do ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas.

SINDICARNE

CONCENTRAÇÃO - O diretor técnico do Sindicarne, Luiz Fernando Coelho, criticou a relação de frigoríficos habilitados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para exportação de carne bovina à China. Segundo ele, a lista privilegia grandes frigoríficos e não inclui pequenas e médias indústrias também com inspeção federal e igualmente habilitadas para exportação. "Frigoríficos goianos que já exportam para Hong Kong e outros países asiáticos poderiam ter oportunidade de ampliar seus mercados no exterior, o que seria positivo para toda a cadeia produtiva", ressaltou ele.

SINDILEITE

DOAÇÃO DE LEITE - Em comemoração do Dia Mundial do Leite, o Sindileite realizou no dia 6 de junho, em parceria com a Centroleite e SIG Combibloc, ação para doar cerca de 50 mil litros de leite e derivados à Organização das Voluntárias de Goiás (OVG) e entidades filantrópicas. O evento, no Palácio das Esmeraldas, contou com presença do governador Ronaldo Caiado, de empresários ligados às indústrias de laticínios e outros convidados. O presidente do Sindileite, Alcides Augusto da Fonseca, ressaltou a contribuição do setor produtivo com o desenvolvimento social e econômico de Goiás e solicitou apoio do governo estadual para a resolução de questões urgentes à competitividade da indústria goiana. ◆



Intermédia Business

O ELO DE CONFIANÇA ENTRE EMPRESAS, INVESTIDORES E NEGÓCIOS



A INTERMÉDIA BUSINESS É ESPECIALIZADA EM IDENTIFICAR OPORTUNIDADES, SOLUÇÕES PERSONALIZADAS, GARANTINDO AS MELHORES CONDIÇÕES DE NEGÓCIOS E INVESTIMENTOS.

- ▶ AQUISIÇÃO, FUSÕES, INVESTIMENTOS, NEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS
- ▶ REVISÃO TRIBUTÁRIA DOS ÚLTIMOS 05 ANOS (RECUPERAÇÃO DE TRIBUTOS).
- ▶ GESTÃO DE RECURSOS E OBTENÇÃO DE FINANCIAMENTOS.
- ▶ GREEN CARD PERMANENTE (REEMBOLSÁVEL)
- ▶ CONSULTORIA CONTÁBIL E AUDITORIA INDEPENDENTE.
- ▶ GOVERNANÇA CORPORATIVA E COMPLIANCE
- ▶ CONSULTORIA ESPECIALIZADA EM AVALIAÇÃO DE EMPRESAS (VALUATION)
- ▶ CRÉDITO COM GARANTIA DE IMÓVEL

FALE COM UM DE NOSSOS CONSULTORES

 **(62) 3212-3661**

WWW.INTERMEDIABUSINESS.COM.BR

INTERMEDIA.IB@YAHOO.COM

SINDICATOS COM SEDE NO EDIFÍCIO PEDRO ALVES DE OLIVEIRA

Rua 200, Quadra 67-C, Lote 1/5, nº 1.121 - Setor Vila Nova, em frente à Casa da Indústria - Goiânia-GO, CEP: 74645-230

SINPROCIMENTO

Sindicato da Indústria de Produtos de Cimento do Estado de Goiás
Presidente: Olavo Martins Barros
Fone: (62) 3224-0456/Fax 3224-0338
sinprocimento@gmail.com

SINDIREPA

Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado de Goiás
Presidente: Alyson Jose Nogueira
Telefone (62) 3224-0121/ 3224-0012
sindirepa@sistemafieg.org.br

SINDIAREIA

Sindicato das Empresas de Extração de Areia do Estado de Goiás
Presidente: Gilberto Martins da Costa
Fone/Fax: (62) 3224-8688
sindiareia@sistemafieg.org.br

SINDCEL

Sindicato das Indústrias da Construção, Geração, Transmissão e Distribuição de Energia no Estado de Goiás
Presidente: Célio Eustáquio de Moura
Fone: (62) 3218-5686 / 3218-5696
sindcel@sindcel.com.br

SINDIALF

Sindicato das Indústrias de Alfaiataria e Confeção de Roupas para Homens no Estado de Goiás
Presidente: Daniel Viana

SIAEG

Sindicato das Indústrias de Alimentação no Estado de Goiás
Presidente: Antônio Benedito dos Santos
Diretora executiva: Denise Resende
Fone/Fax: (62) 3224-9226
siaeg@terra.com.br

SIAGO

Sindicato das Indústrias do Arroz no Estado de Goiás
Presidente: Jerry Alexandre de Oliveira Paula
NOVO ENDEREÇO
Telefone: (62) 99968-4302.
siagoarroz@hotmail.com

SINDICALCE

Sindicato das Indústrias de Calçados no Estado de Goiás
Presidente: Elvis Roberson Pinto
Fone/Fax: (62) 3225-6402
sindicalce@sistemafieg.org.br

SINICAL

Sindicato das Indústrias de Calcário, Cal e Derivados no Estado de Goiás, Tocantins e DF
Presidente: José Antônio Vitti
Fone/Fax (62) 3223-6667
sininiceg@sistemafieg.org.br

SINDICARNE

Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados no Estado de Goiás e Tocantins
Presidente: Leandro Luiz Stival Ferreira
Fone/Fax: (62) 3229-1187 e 3212-1521
sindcarn@terra.com.br

SINDCURTUME

Sindicato das Indústrias de Curtumes e Correlatos do Estado de Goiás
Presidente: Emílio Carlos Bittar
Fone/Fax: (62) 3213-4900
sindcurtume@sistemafieg.org.br

SINDIGESSO

Sindicato das Indústrias de Gesso, Decorações, Estuques e Ornatos do Estado de Goiás
Presidente: José Luiz Martin Abuli
Fone: (62) 3224-7443
sindigesso@sistemafieg.org.br

SINDILEITE

Sindicato das Indústrias de Laticínios no Estado de Goiás
Presidente: Alcides Augusto da Fonseca
Fone (62) 3212-1135 / Fax 3212-8885
sindleite@terra.com.br

SIMPLAGO

Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado de Goiás
Presidente: Bruno Franco Beraldi Coelho
Fone: (62) 3224-5405
simplago@sistemafieg.org.br

SINDIPÃO

Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria no Estado de Goiás
Presidente: Marcos André Rodrigues de Siqueira
Presidente executivo: Luiz Gonzaga de Almeida
Fone: (62) 98422-4022
sindipao@sistemafieg.org.br

SIMAGRAN

Sindicato das Indústrias de Rochas Ornamentais do Estado de Goiás
Presidente: Eliton Rodrigues Fernandes
Telefone: (62) 98436-1724
simagran@sistemafieg.org.br

SINCAFÉ

Sindicato das Indústrias de Torrefação e Moagem de Café no Estado de Goiás
Presidente: Jaques Jamil Silverio
Fone (62) 3212-7473 - Fax 3212-5249
sincafe@sistemafieg.org.br

SINVEST

Sindicato das Indústrias do Vestuário no Estado de Goiás
Presidente: José Divino Arruda
Fone/Fax: (62) 3225-8933
sinvest@sistemafieg.org.br

SINDIBRITA

Sindicato das Indústrias Extrativas de Pedreiras e Derivados do Estado de GO, TO e DF
Presidente: Marcus Brandão de Lima e Silva
Fone/Fax: (62) 3213-0778
sindibrita@sistemafieg.org.br

SIEEG-DF

Sindicato das Indústrias Extrativas do Estado de Goiás e do Distrito Federal
Presidente: Domingos Sávio G. Oliveira
Fone: (62) 3212-6092 - Fax 3212-6092
sieeg@sistemafieg.org.br

SIGEGO

Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de Goiás
Presidente: Antônio de Sousa Almeida
Fone: (62) 3223-6515 - Fax 3223-1062
sigego@sistemafieg.org.br

SIMELGO

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás
Presidente: Hélio Naves
simelgo@sistemafieg.org.br
Fone/Fax: (62) 3224-4462
contato@simelgo.org.br

SINDQUÍMICA-GO

Sindicato das Indústrias Químicas no Estado de Goiás
Presidente: Jair José de Alcântara
Fone (62) 3212-3794/Fax 3225-0074
sindquimica@sistemafieg.org.br

SINDMÓVEIS

Sindicato das Indústrias de Móveis e Artesfatos de Madeira no Estado de Goiás
Presidente: Enoque Pimentel do Nascimento
Fone/Fax: (62) 3224-7296
sindmoveis@sistemafieg.org.br

SINDTRIGO

Sindicato dos Moinhos de Trigo da Região Centro-Oeste
Presidente: Sérgio Scodro
Presidente-Executivo: André Lavor P. Barbosa
Fone: (62) 3223-9703
sindtrigo@gmail.com

OUTROS ENDEREÇOS

SIFAÇUCAR

Sindicato da Indústria de Fabricação de Açúcar do Estado de Goiás
Presidente: Marcelo de Freitas Barbosa
Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha
Rua C-236, nº 44 - Jardim América
CEP 74290-130 - Goiânia - GO
Fone: (62) 3274-3133 / Fax (62) 3251-1045

SIMESGO

Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico do Sudoeste Goiano
Presidente: Heitor de Oliveira Nato Neto
Rua Costa Gomes, nº 143 Jardim Marconal
CEP 75901-550 - Rio Verde - GO
Fone/Fax: (64) 3623-0591
simesgo1@hotmail.com

SINDUSCON-GO

Sindicato das Indústrias da Construção no Estado de Goiás
Presidente: Eduardo Bilemjian Filho
Rua João de Abreu, 427 - St. Oeste
CEP 74120-110 - Goiânia - GO
Fone: (62) 3095-5155
contato@sinduscongoias.com.br

SINROUPAS

Sindicato das Indústrias de Confeções de Roupas em Geral de Goiânia
Presidente: Edilson Borges de Sousa
Rua 1.137, nº 87 - Setor Marista
CEP 74180-160 - Goiânia - GO
Fone/Fax: (62) 3088-0877
sinroupas@yahoo.com.br

SIFAEG

Sindicato das Indústrias de Fabricação de Etanol no Estado de Goiás
Presidente: Marcelo de Freitas Barbosa
Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha
Rua C-236, nº 44 - Jardim América
CEP 74290-130 - Goiânia - GO
Fone (62) 3274-3133 e (62) 3251-1045
sifaeg@terra.com.br

SEDE ANÁPOLIS

Edifício Capitão Waldyr O'Dwyer
Rua JM-16, Quadra 52, Lote 22, Setor Sul Jamil Miguel - Anápolis-GO - CEP 75124-200
Fone/Fax (62) 3324-5768 / 3311-5565
E-mail: fieg.regional@sistemafieg.org.br

FIEG REGIONAL ANÁPOLIS

Presidente: Wilson de Oliveira

SINDALIMENTOS

Sindicato das Indústrias da Alimentação de Anápolis
Presidente: Wilson de Oliveira
sindalimentos@sistemafieg.org.br

SINDUSCON ANÁPOLIS

Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis
Presidente: Anastácios Apostolos Dagios
www.sindusconanapolisgo.com.br

SINDICERGO

Sindicato das Indústrias de Cerâmica no Estado de Goiás
Presidente: Laerte Simão
Presidente executivo: Itair Nunes de Lima Jr.
sindicergo@sistemafieg.org.br

SIVA

Sindicato das Indústrias do Vestuário de Anápolis
Presidente: Jair Rizzi
siva@sistemafieg.org.br

SINDIFARGO

Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás
Presidente: Alexandre Baldy
Presidente-Executivo: Marçal Henrique Soares
sindifargo@sistemafieg.org.br

SIMMEA

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis
Presidente: Robson Peixoto Braga
simmea@sistemafieg.org.br

Senhor empresário: A FIEG é integrada por 36 sindicatos da indústria, com sede em Goiânia, Anápolis e Rio Verde. Conheça a entidade representativa de seu setor produtivo. Participe. Você só tem a ganhar.

**MENOS CUSTOS
+ FATURAMENTO
PARA SUA EMPRESA**

**CONHEÇA
NOSSAS SOLUÇÕES:**



O Instituto SENAI de Tecnologia tem a qualidade e a confiabilidade de que sua empresa precisa.

ACESSE
www.senaigo.com.br/institutos

SEU ANÚNCIO EM LARGA ESCALA



4 MIL
exemplares impressos



Milhares de visualizações on-line e
compartilhamento em redes sociais.



ANUNCIE NA **GOIÁS INDUSTRIAL.**

Precisão cirúrgica na segmentação. Credibilidade máxima na comunicação.

INFORMAÇÕES **3219-1710**

Revista Goiás Industrial.

A fonte mais confiável de informação sobre a indústria.



MANTIDO PELA INDÚSTRIA.



MANTIDO PELA INDÚSTRIA.

Sistema FIEG - Federação das Indústrias do Estado de Goiás
Av. Araguaia, nº 1.544 - Edifício Albano Franco
Casa da Indústria - Setor Vila Nova - Goiânia-GO - CEP: 74645-070
Fone: (62) 3219-1300 / Fax: (62) 3229-2975
www.sistemafieg.org.br